

ISSN: 2318-9711

O COSMOPOLÍTICO

JUN 2026

CADERNOS **LATINO-**AMERICANOS: POLÍTICA E INTEGRAÇÃO.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELADISC





Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas Nóbrega

Vice-reitor: Fábio Barboza Passos



Instituto de Estudos Estratégicos

Diretor: Prof. Titular Vágner Camilo Alves

Universidade Federal Fluminense – UFF | Instituto de Estudos Estratégicos
(INEST) | Departamento de Estudos Estratégicos e Relações
Internacionais (DEI) | Graduação de Relações Internacionais | Centro
Acadêmico Sergio Vieira de Mello

Endereço: Campus do Valonguinho – Alameda Prof. Barros Terra, s/n – 2º
andar – Centro 24020-150 – Niterói – RJ.

E-mail: ocosmopolitico@gmail.com

Website: www.periodicos.uff.br/ocosmopolitico/index

ISSN ELETRÔNICO 2318-9711

O Cosmopolítico



O Cosmopolítico é o periódico acadêmico semestral do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense.

Criado em 2011, o periódico busca promover a divulgação de artigos científicos e outros trabalhos que versem sobre variados temas de relevância internacional.

Além disso, O Cosmopolítico se propõe a ser um espaço de promoção de pesquisa na graduação. Cada edição do periódico é composta por artigos científicos externos, submetidos através de editais publicados semestralmente. Os artigos recebidos são avaliados por pesquisadores de diversas universidades brasileiras, utilizando o sistema *double-blind peer review*. Além disso, as edições do periódico também contam com dossiês temáticos, colunas e resenhas elaboradas pela equipe do periódico e convidados.

Conselho Executivo

Editora-Chefe:
Isabella Ribeiro

Capa:
Lara Gouvêa

Subeditora-Chefe:
Lara Gouvêa

Editora Científica:
Júlia Boechat

Diagramação:
Ana Caroline Gomes
Manuella Santos
Maria Clara de Souza Britto

Editora Consultiva:
Ana Clara Ramalho

Editora Executiva:
Ana Caroline Gomes

Revisão Final:
Luísa Taveira Campos

Conselho Editorial



Prof. Mariana Crossetti da Hora (INEST/UFF)

Prof. Me. Yasmin Rodrigues (PPGD/UFRJ)

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves (INEST/UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida (INEST/UFF)

Prof. Me. Daniel Porcel Bastos (INEST/UFF)

Prof. Dr. Luiz Pedone (INEST/UFF)

Prof. Dr. Fábio Borges (UNILA)

Prof. Me. Danielle Thomaselli Bastos de Oliveira (UNIBO/Itália)

**Obrigado pelo trabalho duro e tornar a revista
O Cosmopolítico possível!**

Agradecimentos



A equipe d'O Cosmopolítico agradece a oportunidade proporcionada pelo Encontro Latino Americano de Direito, Sociedade e Cultura, ELADISC. Reconhecemos a importância de iniciativas que promovam a busca e divulgação de conhecimentos acadêmicos. Obrigado!



Notas da edição



Caro leitor,

É com muito prazer que a equipe d' O Cosmopolítico comemora o lançamento da edição especial **“Cadernos Latino-Americanos: Política e Integração”**. Nessa edição revisitamos artigos e resumos já publicados pela revista, sobre temáticas pertinentes e ainda relevantes sobre a América Latina. Dentre eles, são abordados temas desde os processos de paz na Colômbia a representação latino-americana através dos palcos da Broadway. Nossos autores são de diversas regiões do Brasil, assim como nossos pareceristas, o que demonstra o alcance e confiabilidade do nosso periódico.

Atenciosamente,
Equipe O Cosmopolítico

Confira nossas redes sociais!



Instagram.com/**ocosmopolitico**



LinkedIn.com/**ocosmopolitico**



Substack.com/**ocosmopolitico**



Nosso site: **periodicos.uff.br**





Trabalhos selecionados

- 1. OS PROCESSOS DE PAZ NA COLÔMBIA (1994-2016): UMA ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO ACORDO DE PAZ ENTRE A COLÔMBIA E AS FARC**
por Juliana Florentino Silva 8
- 2. DOSSIÊ - A VIOLÊNCIA DE ESTADO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO PODER: O CASO VENEZUELANO**
por Giovanna Clapis 26
- 3. “O QUE TORNA O BRASIL DIFERENTE?”: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO SUL-AMERICANO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI E DO LEGADO DO DISTANCIAMENTO BRASILEIRO**
por Maria Luísa Maia Medeiros, Eduarda Pacheco Souto e Victoria Maria Silva dos Santos 35
- 4. A REPRESENTAÇÃO LATINO-AMERICANA E O *SOFT POWER* ESTADUNIDENSE ATRAVÉS DOS PALCOS DA BROADWAY**
por Manuella Assumpção Gonçalves Garcêz 48
- 5. O PAPEL DA POLÍTICA FISCAL NA DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DO BRASIL, MÉXICO E URUGUAI**
por Raíssa Curto Tochetto 64
- 6. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE AMÉRICA DO SUL**
por Anderson de Oliveira Amendola da Silva 81



OS PROCESSOS DE PAZ NA COLÔMBIA (1994-2016): UMA ANÁLISE DA INTERFERÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS NO ACORDO DE PAZ ENTRE A COLÔMBIA E AS FARC

Juliana Florentino Silva¹

RESUMO

Em setembro de 2016, a Colômbia firmou um acordo de paz com o maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Por meio do acordo de paz, a Colômbia busca encerrar um conflito civil que data mais de cinquenta anos. Com o objetivo de contribuir para o debate acerca do processo de paz neste país, o presente trabalho visa investigar o papel desempenhado pelos Estados Unidos no conflito armado colombiano de 1994 a 2016. O comportamento deste ator será analisado a fim de examinar como e em que medida os EUA interferiram nas dinâmicas domésticas da Colômbia e contribuíram para que o acordo de paz fosse firmado no último ano. Para tanto, o artigo irá explorar as questões histórico-sociais que levaram à formação dos grupos guerrilheiros na Colômbia, seus principais objetivos e quais foram os direcionamentos de política externa dos EUA para a região a partir dos anos 1990. Como arcabouço teórico será utilizada a teoria dos Complexos Regionais de Segurança, com o objetivo de elucidar o viés intervencionista dos EUA na América do Sul e as questões de segurança regional que atingem a potência norte-americana.

PALAVRAS-CHAVE: Colômbia. FARC. EUA. Acordo de Paz.

ABSTRACT:

In September 2016, Colombia signed a peace agreement with the country's largest guerrilla group, the Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC). Through the peace agreement, Colombia seeks to end a civil conflict that dates more than fifty years. With the purpose of contribute to the debate on the



peace process in the country, the objective of this paper is to investigate the role played by the United States in the Colombian armed conflict from 1994 to 2016. The behaviour of this actor will be analyzed in order to examine how the United States interfered in the domestic dynamics of Colombia and contributed to the signature of the peace agreement in 2016. Therefore, this paper will explore the historical-social questions that led to the formation of the guerrilla groups in Colombia, besides their main objectives and which were the foreign policy directions from the United States to the region from the 1990s. As a theoretical framework it will be used the theory of Regional Security Complexes with the objective to clarify the interventionist bias from the United States in South America and the regional security issues that reach the American power.

KEYWORDS: Colombia. FARC. United States. Peace Agreement.

INTRODUÇÃO

Em 26 de setembro de 2016, a Colômbia firmou um acordo de paz com o maior grupo guerrilheiro do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O acordo de paz é resultado de quatro anos de negociações mediadas pelo governo de Cuba (2012-2016) e, através dele, a Colômbia pretende encerrar um conflito civil que data mais de cinquenta anos. Com o objetivo de contribuir para o debate acerca do processo de paz neste país, o presente trabalho visa investigar o papel desempenhado pelos Estados Unidos no conflito armado colombiano de 1994 a 2016. O comportamento deste ator será analisado a fim de examinar como e em que medida os EUA interferiram nas dinâmicas domésticas colombianas e contribuíram para que o acordo de paz fosse firmado no último ano. Destaca-se que os EUA não foram o único ator internacional a participar do processo de paz na Colômbia,² porém, reitera-se sua importância nesta análise devido ao papel exercido pela potência norte-americana neste país, principalmente a partir dos anos 1990.

Para cumprir com os objetivos propostos, pretende-se analisar o histórico de relações entre EUA e Colômbia durante o período supracitado por meio de sete sessões. A primeira sessão tratará da teoria escolhida para analisar o conflito: a teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Barry Buzan e Ole Waever. A escolha desses autores como lente teórica para compreender o papel exercido

²Além dos EUA, participaram das negociações de paz e da implementação do acordo o governo de Cuba e da Noruega, além do Conselho de Segurança das Nações Unidas



pelos EUA no conflito colombiano se justifica pela necessidade de entender o viés intervencionista norte-americano na região, bem como os padrões de socialização dos Estados supracitados. A segunda sessão tratará das bases fundamentais para a consolidação do Estado colombiano e abordará a dualidade partidária na Colômbia, essencial para a compreensão da formação dos grupos guerrilheiros. A terceira sessão será a respeito das FARC, com o objetivo de esclarecer os objetivos e a forma de atuação deste grupo. Por fim, as últimas quatro sessões tratarão das análises referentes às relações políticas que ocorreram entre ambos os Estados durante os seguintes governos: Ernesto Samper (1994-1998), Andrés Pastrana (1998-2002), Álvaro Uribe (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-) na Colômbia e Bill Clinton (1993-2000), George W. Bush (2001-2008) e Barack Obama (2009-2016) nos EUA.

O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO

Segundo Barry Buzan e Ole Wæver (2003, p.44), um complexo regional de segurança é definido por “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros”. A escolha desta teoria para analisar o papel dos EUA no conflito colombiano se justifica por sua abrangência, ao considerar também as dinâmicas domésticas dos Estados para a configuração dos ambientes regionais de segurança.

Em “Regions and Power: The Structure of International Security” (2003), os autores apresentaram dois subcomplexos importantes que compõem o CRS sul-americano: o do Norte-Andino — composto por Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Guiana — e o do Cone-Sul — que abrange as regiões do sul do Brasil, a Argentina, o Uruguai e, em alguns casos, o Paraguai. Analisando o arco da instabilidade sul-americana,³ a presença dos EUA no CRS sul-americano é identificada como “adjacente”, uma vez que não existe a opção de uma balança de poder regional livre da presença norte-americana. Dessa forma, a relação dos EUA com os países sul-americanos pode ser entendida como de “penetração” e não de “sobreposição”, ao passo que os níveis internacional-regional e global se unem, fazendo com que a hegemonia norte-americana penetre de forma intensa na maioria dos países da região. Em uma análise ampliada, percebe-se que a penetração pode ser observada de forma mais intensa na parte do Norte-Andino

³O arco da instabilidade sul-americana é composto pela região do Norte-Andino, enquanto o arco da estabilidade corresponde à região do Cone-Sul.



e com menor intensidade no Cone-Sul, região na qual “os problemas fronteiriços caminhavam para uma maior estabilização desde o período final da Guerra Fria” (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.96). Nessa conjuntura, uma vez que o conflito colombiano ultrapassa as fronteiras de seu território e cria diversos níveis de instabilidade regional,⁴ pode ser explicada a aceitação das interferências norte-americanas em território nacional por parte da Colômbia. Em linhas gerais, embora os países da região preguem o princípio da não intervenção em seus assuntos internos,⁵ quando há necessidade, historicamente, os países sul-americanos tendem a preferir que essa intervenção seja realizada pelos EUA (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.83). Já no que se refere ao posicionamento de política externa dos EUA ao final da Guerra Fria, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 significaram uma mudança de postura diante das problemáticas de segurança em nível internacional. Conforme Rudzit (2005,p.319), grande repercussão ocorreu dentro das políticas de segurança norte-americanas.⁶ Consequentemente, segundo os autores da Escola de Copenhague,

no subcomplexo Norte-Andino [...] o impacto do 11 de setembro de 2001 poderia levar a uma mudança no papel dos EUA, que poderia sair de uma posição estritamente regional, no combate às drogas, e penetrar na região por uma justificativa global, a luta contra o terrorismo. [...] Assim, a crise colombiana [...] [passa a ser compreendida como] multidimensional e afeta todo o subcomplexo Norte-Andino (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.82).

Assim sendo, as FARC passaram a ser consideradas, de fato, uma ameaça regional aos interesses norte-americanos na América do Sul. Deste modo, a partir de 2001, a doutrina de segurança dos EUA firmou-se cada vez mais sob a perspectiva de garantir os interesses vitais do país, viabilizando o combate a essa ameaça como algo urgente e emergencial.

⁴Um dos exemplos da crise diplomática desencadeada pelo conflito da Colômbia com as FARC foi a morte de Raúl Reyes em 2008. Considerado o número 2 da organização, Reyes foi morto por tropas colombianas em território equatoriano. O Equador alegou violação à sua soberania.

⁵O princípio da não intervenção foi consagrado no artigo 2º, número 7, da Carta das Nações Unidas e afirma que “nenhum dispositivo [...] autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução”. Historicamente, a posição de não intervenção foi defendida pelos países subdesenvolvidos e emergentes que enfrentaram políticas imperialistas das grandes potências entre os séculos XV e XX.

⁶Dentre as principais medidas adotadas pelos EUA para combater os grupos terroristas estavam: a criação de uma agência de segurança de nível ministerial (Homeland Security Office) para fazer frente às ameaças terroristas e a divulgação de uma lista de organizações terroristas internacionais, da qual as FARC fazem parte desde 1997. Ver mais em: United States Department of State. Foreign Terrorist Organizations (FTOs). Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2017.



FORMAÇÃO DO ESTADO COLOMBIANO E A QUESTÃO: CONSERVADORISMO X LIBERALISMO

À época de sua independência, a Colômbia era constituída por uma oligarquia rural que concentrava grandes porções de terra por todo o território. Assim como os demais países que compunham a América Espanhola, a luta pela independência estava intrinsecamente relacionada à oposição a exploração latifundiária e ao monopólio agrícola desenvolvido pela metrópole. Todavia, com a independência da Colômbia conquistada em 1810 o cenário foi pouco alterado, haja vista a continuidade da exploração latifundiária realizada pelas oligarquias locais. Segundo Ana Maria Saldanha (2015), o período pós-independência (1849-1885) revelou o aprofundamento das relações de produção capitalistas, consolidando, de um lado, o apoio dos comerciantes ao Partido Liberal e, de outro, o da igreja e dos grandes proprietários de terra ao Partido Conservador.

Dessa forma, a história política colombiana se caracterizou pela alternância bipartidarista entre o Partido Liberal e o Partido Conservador (BRITO; CORDIVIOLA, 2003, p.223). Enquanto o Partido Liberal defendia uma atitude progressista reafirmando os interesses da nova burguesia comercial através da proposta de livre comércio, o Partido Conservador “representava a ideologia terratenente, apegada aos traços aristocráticos da monarquia sendo defensor da perpetuação do regime de exploração latifundiária, que em fins do século XIX tentava resistir ao novo modo de organização socioeconômico capitalista” (SALDANHA, 2015).

Ao passo em que entre 1849 e 1885 houve a hegemonia do Partido Liberal no governo colombiano, a partir de 1886 até 1930 a Presidência da República foi ocupada por membros dos Partidos Nacional e Conservador. Nesse contexto, as bases para o que ficou conhecido como La Violencia ou Bogotazo foram consolidadas pouco tempo depois, mais especificamente a partir de 1945, quando foram perpetrados massacres contra camponeses, indígenas e trabalhadores que lutavam por terras contra os domínios dos grandes latifundiários. Dessa forma, conforme apontado por Saldanha (2015), o problema da violência na Colômbia passou a estar definitivamente ligado ao problema da terra.

Com a posição governamental de apoio aos conservadores, o número de grupos paramilitares nas zonas rurais da Colômbia cresceu. Os donos das terras passaram a se armar e a violência se alastrou, chegando em forma de protestos e reivindicações às regiões urbanas do país.



Nesse cenário, a morte de Gaitán a mando da oligarquia colombiana em 1948 pode ser compreendida como o estopim da crise partidária entre conservadores e liberais no país.⁷

AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA

A história do surgimento das FARC está intimamente relacionada à história de luta armada e de conflitos civis na Colômbia. O grupo foi fundado em maio de 1964 tendo como aspectos basilares, em primeiro lugar, a luta pelo fim da interferência norte-americana nas questões domésticas em meio ao contexto da Guerra Fria; e, em segundo lugar, a demanda por um protagonismo mais ativo na criação de um Estado marxista, em um contexto rural extremamente influenciado pela Revolução Cubana de 1959.

No primeiro comunicado oficial das FARC, divulgado em julho de 1964, o grupo justificou sua opção pela luta armada afirmando que as vias de luta política legal, pacífica e democrática estavam fechadas na Colômbia, uma vez que o Estado sempre respondia às suas reivindicações de forma violenta e repressiva, aplicando todos os métodos para impedir o progresso do povo colombiano.⁸ Em seu site oficial, mencionaram que no início dos anos 1960 estendeu-se pela América Latina e Caribe uma campanha anticomunista patrocinada pelos EUA, expressada na teoria de Segurança Nacional e guiada pelo princípio do “inimigo interno”, que foi implantada de forma sistemática nas forças militares e de polícia de todo o continente americano. Para as FARC, a teoria norte-americana considera que toda expressão popular que lutasse por transformações econômicas, sociais e políticas fazia parte do plano de dominação mundial da União Soviética e, portanto, estava integrada por inimigos que deviam ser exterminados.⁹

Neste cenário, as FARC se reconhecem como um programa agrário de guerrilheiros, que surgiu como resposta armada ao monopólio do poder político por parte das classes burguesa e latifundiária, acusadas de exercerem uma política de despojo da terra em favor dos grandes latifundiários. As FARC assinalam também que, ao longo dos anos, enfrentaram uma enorme arremetida estatal, que sempre contou com o apoio total do Pentágono e do governo dos EUA.

⁷ Jorge Eliécer Gaitán era um político e advogado colombiano candidato à presidência do país para o período de 1950-1954. Gaitán foi assassinado às vésperas da eleição em 1948 e esse fato provocou uma enorme comoção popular culminando no estopim da crise partidária na Colômbia, desencadeando uma série de atos de violência que ficou conhecida como La Violencia ou Bogotazo (1948-1964).

⁸ Ver mais em: “Quem somos e porque lutamos” no site oficial das FARC-EP. Disponível em: <<http://farc-epeace.org/atualidade/item/1238-quem-somos-e-por-que-lutamos.html>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

⁹ Ibidem.



Tendo em mente que o narcotráfico internacional fortalecia a luta armada das FARC contra o governo desde os anos 1980, percebe-se um avanço notório do grupo durante esse período. No que tange à presença das FARC nos municípios colombianos, a atuação do grupo migrou de 173 municípios em 1985 para 622 em 1995 – mais da metade do total de municípios, que é de 1050 (RABASA, CHALK, 2001, p.46-47). Ainda, no início dos anos 2000, as Forças Armadas da Colômbia estimavam que o número de combatentes oficiais das FARC chegava a 16.500 (VIEIRA, 2004, p.1). Nesse cenário, a partir do governo de George W. Bush nos EUA (2001-2008), a temática da guerra às drogas foi intensificada e aliada à guerra ao terror (VILLA; OSTOS, 2005, p.14).

DISTANCIAMENTO: ERNESTO SAMPER – BILL CLINTON (1994-1998)

Como assinalado na sessão anterior, o narcotráfico, principalmente a partir dos anos 1980, passou a ser utilizado como meio de financiamento para as FARC. Segundo Thiago Rodrigues (2012, p.24),

o aparecimento dos grupos narcotraficantes [...] tornou ainda mais conturbado o panorama dos múltiplos enfrentamentos armados no país. Para os governos da Colômbia e dos EUA, desde as declarações de Reagan nos anos 1980, guerrilheiros e paramilitares estão envolvidos, em algum grau, com o narcotráfico internacional. Com isso, o problema do conflito civil colombiano coligaria o tráfico de drogas às principais ameaças ao Estado, configurando um caso de segurança nacional.

Deste modo, a partir dos anos 1990, o ambiente político na Colômbia via-se intimamente influenciado pelo narcotráfico. Com a eleição de Ernesto Samper em 1994, a relação bilateral entre Colômbia e EUA tornou-se ainda mais complexa, uma vez que Washington se encontrava convencida de que haveria um vínculo¹⁰ direto entre o presidente recém-eleito e a máfia narcotraficante colombiana. Os EUA, a partir de então, passaram a classificar a Colômbia como uma “narcodemocracia”, o que contribuiu para o “evidente distanciamento e a falta de diálogo entre o então presidente norte-americano [Bill Clinton] e o recém-eleito presidente colombiano durante boa parte de seu mandato” (VILLA; OSTOS, 2005, p.4).

Destarte, diante dos fracos resultados exibidos pelo governo colombiano no combate ao narcotráfico, os EUA impuseram uma série de sanções à Colômbia. Em julho de 1996, os EUA cancelaram o visto de Ernesto Samper e o porta-voz do

¹⁰ Em 1995, deu-se início uma investigação judicial conhecida como Processo 8000, na qual foram obtidas gravações que comprovavam o vínculo de Samper com narcotraficantes. Apesar de não ter sido condenado neste processo, a imagem do então presidente colombiano foi gravemente afetada pelo escândalo.



Departamento de Estado, Nicholas Burns, afirmou em uma coletiva de imprensa em Washington que Samper não era bem-vindo nos EUA, assim como todas as pessoas que conscientemente ajudavam traficantes de drogas.¹¹

A retaliação norte-americana ao governo de Samper acabaria, por consequência, deteriorando ainda mais a imagem da Colômbia no exterior. Nessa perspectiva, segundo Rafael Villa e Maria del Pilar Ostos (2005, p.5),

em um clima tenso de relações bilaterais EUA-Colômbia, os grupos armados acabariam aproveitando-se do momento de instabilidade dominante no país. Durante os quase quatro anos [...] os grupos armados acabaram conquistando importantes espaços políticos, nos quais foram capazes de levar a cabo ações de caráter político-militar.

Ademais, as FARC se recusaram a conferir qualquer legitimidade ao governo de Ernesto Samper, “não apenas ignorando a possibilidade do governo servir de interlocutor na pacificação do conflito, mas praticamente condicionando qualquer proposta de negociação à renúncia do presidente Samper” (VILLA; OSTOS apud GONZÁLEZ; RAFAEL, 2003: 138-139). Esse fator contribuiu para que a aprovação popular ao final do governo Samper fosse de apenas 32%.¹²

É possível sugerir que, ante as circunstâncias internas e a turbulenta relação do governo Samper com os EUA, os governos subsequentes na Colômbia, aos poucos, foram assumindo e adotando os diagnósticos e estratégias dos norte-americanos acerca do tema do combate às drogas e da violência provocada pelos grupos guerrilheiros. Segundo Marcelo Santos (2010, p.71-72), isso ocorreu devido aos seguintes fatores:

primeiro, as imensas dificuldades do debilitado Estado colombiano para deter o crescente poder do narcotráfico no país [...]; segundo, os tremendos recursos econômicos gerados pelo narcotráfico que [...] incrementaram o poder das guerrilhas de esquerda; terceiro, as intensas pressões, ameaças e sanções dos EUA, que atingiram ponto máximo no governo de Ernesto Samper; quarto, a percepção de determinados grupos sociais, econômicos e políticos colombianos de que a internacionalização da política antidrogas nos marcos dos EUA poderia ser vantajosa para a realização dos seus objetivos internos; quinto, a percepção de vários setores da sociedade de que o debilitado Estado colombiano não possuía capacidade para derrotar os grupos armados ilegais, necessitando de ajuda externa para enfrentar o conflito armado interno.

¹¹Ver mais em “U.S. Strips Colombian President of His Visa”. The New York Times, 12 de julho de 1996. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1996/07/12/world/us-strips-colombian-president-of-his-visa.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

¹²Comparativo da avaliação popular dos governos de Ernesto Samper, Andrés Pastrana e Álvaro Uribe disponível em: <<http://www.elpais.com.co/colombia/presidente-alvaro-uribe-termina-su-gestion-con-80-de-aprobacion.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.



UM DIÁLOGO MAIS CONSISTENTE: ANDRÉS PASTRANA – BILL CLINTON (1998–2000)

Em 1998, Andrés Pastrana, do Partido Conservador Colombiano, assumiu a presidência da Colômbia comprometido a solucionar pacificamente o conflito armado com a guerrilha. Durante sua campanha presidencial, Pastrana aproximou-se de líderes do Secretariado das FARC com o objetivo de retomar as conversações sobre a pacificação do conflito. Pastrana também já havia proposto o restabelecimento das relações com Washington, uma vez que os EUA eram considerados por ele o mais importante aliado para a pacificação e estabilização da Colômbia (VILLA; OSTOS, 2005, p.6)

Nesse contexto, em 2000, foi aprovado o Plano Colômbia pelo Congresso dos EUA. A iniciativa norte-americana possuía como principal diretriz o combate ao narcotráfico e, para isso, contou com o investimento total de US\$ 7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceria US\$ 1,3 bilhão para o plano que estava previsto para durar até dezembro de 2005. Esse plano colocou a Colômbia no seleto grupo de países receptores de armamentos pesados, treinamento de forças de elite e de assessoria em inteligência militar por parte dos EUA (SANTOS, 2010, p.73).

Sabia-se da intensa relação dos grupos guerrilheiros com o narcotráfico, porém, somente a partir do governo de George W. Bush, com os atentados de 11 de setembro de 2001, que a dimensão militarista do Plano Colômbia teve como alvo combater as ações das FARC (SANTOS, 2010, p.73). Dessa forma, a unificação da guerra às drogas a guerra ao terror foi importante para que o financiamento e a assistência dada pelos EUA à Colômbia servissem para enfraquecer os grupos guerrilheiros daquele país.

Ainda, torna-se relevante reiterar que as ações das guerrilhas prejudicavam os interesses dos EUA na Colômbia, na medida em que as FARC “se colocavam contra a agenda neoliberal do Consenso de Washington, atacavam e extorquiam corporações norte-americanas, geravam instabilidade regional e cometiam sequestros e assassinatos contra cidadãos dos EUA” (SANTOS, 2010, p.74). Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região assumem maior relevância, pois, de acordo com estudos realizados pela Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso dos EUA ocorreu mediante um forte lobby de empresas petrolíferas norte-americanas interessadas nas reservas colombianas e na segurança de seus negócios no país.¹³

¹³Segundo os estudos, entre 1995 e 2000, essas empresas investiram US\$ 92 bilhões em lobby para a aprovação do plano. A investigação foi chamada de “Proyecto sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina” e encontra-se disponível em: <<http://www.publicintegrity.org>>. Acesso em: 27 set. 2017.



Simultaneamente à aproximação com os EUA, no plano interno, Pastrana deu início ao processo de paz com as FARC em 1999. Como condição para a abertura das negociações, o então presidente formalizou a retirada do exército colombiano de uma região de 42 mil km² no centro-sul do país, que acabou sendo entregue ao controle da guerrilha. No entanto, três anos se passaram sem que houvesse qualquer avanço significativo no diálogo com o grupo (OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz, 2004, p.44).

Ainda segundo Olic e Canepa (2004, p.44), Pastrana chegou ao fim de seu mandato “bastante desgastado (interna e externamente) pelas excessivas concessões feitas à guerrilha, sem obter nada em troca”. Por isso, em fevereiro de 2002, decidiu romper definitivamente o processo de paz com as FARC. Assim, o exército retomou o controle sobre a zona que havia sido desmilitarizada, mas a guerrilha intensificou suas ações promovendo ataques urbanos e sequestros. À época, a aprovação popular do governo de Andrés Pastrana foi pior do que a de seu antecessor, Ernesto Samper, e chegou aos 20%.

No que diz respeito ao Plano Colômbia, apesar das ações norte-americanas terem sido fundamentais para o enfraquecimento das FARC ao longo dos anos 2000, somente no governo de Álvaro Uribe (2002-2010) os resultados puderam ser enxergados de forma mais clara. Isso porque, dentre outros fatores, a ruptura das negociações de paz com as FARC realizada por Pastrana no ano da eleição presidencial de 2002 foi primordial para que o então candidato Álvaro Uribe fosse eleito pelo Partido Centro Democrático com um discurso que defendia mais dureza no trato com os grupos insurgentes colombianos.

APROXIMAÇÃO INTENSA: ÁLVARO URIBE – GEORGE W. BUSH (2002-2008)

Ante o contexto apresentado, o lado colombiano encontrava-se em um processo de ruptura de negociação de paz com a guerrilha e com a exigência de grande parcela da população pelo fim do conflito armado, enquanto o lado norte-americano havia acabado de divulgar sua doutrina de segurança antiterrorista após o 11 de setembro de 2001, no início do governo de George W. Bush.

Segundo a NSS divulgada pela Casa Branca uma semana após os atentados ao World Trade Center, o governo norte-americano reconhecia o link entre grupos extremistas e terroristas na Colômbia, que desafiavam a segurança do Estado e as ações de combate ao tráfico de drogas. Ainda, os EUA afirmaram que estavam trabalhando para auxiliar a Colômbia na defesa de suas instituições democráticas e no combate aos grupos armados ilegais, estendendo a soberania do Estado colombiano por todo o território nacional e fornecendo níveis básicos de segurança para todos os cidadãos colombianos.¹⁴

¹⁴Ver capítulo IV “Work with others to defuse regional conflicts”, p.10 da NSS (National Security Strategy) disponível em: <<http://nssarchive.us/national-security-strategy-2002/>>. Acesso em: 28 set. 2017



Dessa maneira, aliada à sobreposição da guerra às drogas à guerra ao terror, Álvaro Uribe e George W. Bush compartilhavam a ideia de que as guerrilhas eram grupos terroristas que controlavam o narcotráfico, ameaçando assim a segurança regional e mundial. Ao mesmo tempo em que Uribe afirmava que “na Colômbia não existe guerra [...] mas terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade” (Uribe apud Quiroga, 2003: 164), o Secretário de Estado dos EUA para assuntos do Hemisfério Ocidental, Otto J. Reich, dizia, em artigo publicado pelo Washington Times, que a Colômbia poderia derrotar os terroristas, mas que necessitava de ajuda de países amigos, uma vez que, segundo Reich, os valores, a segurança e o futuro do continente americano estariam ligados à vitória da Colômbia em sua guerra contra o terrorismo.¹⁵

Assim, o conflito interno colombiano “se transformou em uma frente adicional da guerra dos EUA contra o terrorismo internacional, com os norte-americanos ampliando o seu papel na situação doméstica colombiana, mediante seus diagnósticos, políticas e interesses” (SANTOS, 2010, p.76). Portanto, no que se refere ao conflito com as guerrilhas, a estratégia de Álvaro Uribe esteve, durante todo seu primeiro mandato, pautada na ofensiva militar a fim de exterminar ou forçar a rendição desses grupos. Além disso, Uribe “recusou qualquer tipo de negociação com os guerrilheiros rejeitando, inclusive, a proposta das FARC de trocar civis sequestrados por guerrilheiros encarcerados” (SANTOS, 2010, p.77). Com isso, a estratégia militar do governo colombiano debilitou quaisquer alternativas que propusessem uma saída negociada para o conflito.

Nesse cenário, em maio de 2004, Uribe lançou junto aos EUA o denominado Plano Patriota, que se constituiu na maior ofensiva militar do Estado colombiano contra os grupos guerrilheiros. A ação militar envolveu cerca de 20 mil soldados apoiados, armados, treinados e monitorados pelo Comando Sul das Forças Armadas dos EUA e, embora não tenha derrotado completamente as guerrilhas, conseguiu impor duros reveses aos guerrilheiros, diminuindo significativamente o número de combatentes desses grupos, suas atividades armadas, sua presença territorial, suas ações de sequestro e de tráfico de drogas (SANTOS, 2010, p. 78).

Logo, com afinidades e interesses mútuos, EUA e Colômbia optaram por prorrogar o Plano Colômbia até o início de 2007, quando Uribe apresentou, no começo de seu segundo mandato, a Estratégia de Fortalecimento da Democracia e do Desenvolvimento Social (EFDDS), também denominada de Plano Colômbia II. (SANTOS, 2010, p. 81) Além disso, em 2009, teve-se um marco relevante da atuação dos EUA na Colômbia no que se refere à militarização do conflito. Neste ano, ambos os Estados firmaram um acordo de cooperação militar denominado de Defense Cooperation Agreement (DCA),

¹⁵Artigo de Otto J. Reich “The crucial battle for Colombia” para o jornal The Washington Times disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/jul/19/20020719-034400-7865r/>>. Acesso em: 28 set. 2017.



que permitiria aos EUA o acesso e a utilização de sete bases militares em território colombiano.¹⁶ Em suma, enquanto o Plano Patriota constituiu-se de forma temporária, funcionando como uma tentativa de combate imediato aos guerrilheiros das FARC, o Plano Colômbia foi postergado e teve seus recursos ampliados até o início de 2016. A modificação do escopo do Plano Colômbia e sua substituição por um plano de auxílio pós-conflito (Peace Colombia) se deu em fevereiro de 2016, quando Juan Manuel Santos e Barack Obama firmaram essa parceria bilateral a fim de confirmarem a cooperação estratégica de ambos os países no âmbito da segurança.¹⁷

O PROCESSO DE PAZ (2012-2016)

Juan Manuel Santos, antes de ser eleito presidente da Colômbia em 2010, foi Ministro de Defesa do governo de Álvaro Uribe entre os anos de 2006 e 2009. De tal forma, executou, junto ao governo e apoiado pelos EUA, inúmeras ofensivas militares contra as FARC.¹⁸ No entanto, nesta mesma época, já havia demonstrado sua inclinação para resolver o conflito armado na Colômbia pela via da negociação. Diante desta convicção, o presidente colombiano deu início a um processo de reuniões exploratórias secretas entre 2011 e 2012, com o objetivo de avaliar o interesse dos combatentes da FARC em estabelecer um processo de paz. A partir de então, os negociadores passaram a discutir em Havana, Cuba, os seguintes pontos: (i). desenvolvimento agrário, (ii). participação política, (iii). cultivos ilícitos de drogas, (iv). reparação às vítimas e expressão da verdade, (v). desarmamento da guerrilha e (vi). implementação, verificação e referimento do acordo. Ao longo dos quatro anos de negociação¹⁹ os seis pontos discutidos por ambas as partes foram sendo apresentados ao público na medida em que iam sendo acordados.

A fim de sancionar o acordo de paz com as FARC firmado em 26 de setembro de 2016 em Cartagena, em outubro do mesmo ano Juan Manuel Santos convocou um referendo no qual os cidadãos colombianos decidiriam pelo “sim” ou pelo “não” acerca da implementação do acordo de paz.

¹⁶ Ver mais em: U.S. Department of State. “U.S.-Colombia Defense Cooperation Agreement”. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/oct/131134.htm>>. Acesso em: 2 out. 2017.

¹⁷ Ver mais em: The White House. “Peace Colombia – A new era of partnership between the United States and Colombia”. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/02/04/fact-sheet-peace-colombia-new-era-partnership-between-united-states-and>>. Acesso em: 2 out. 2017.

¹⁸ Dentre as ofensivas militares mais relevantes deste período destacam-se a Operação Fenix, que resultou na morte de Raúl Reyes no Equador e a Operação Jaque, que teve como resultado a liberação de Ingrid Betancourt – ex-candidata presidencial mantida em cativeiro pelas FARC por 6 anos – e de mais 14 civis, sendo 3 norte-americanos.

¹⁹ As negociações entre o governo colombiano e as FARC se iniciaram oficialmente em 18 de novembro de 2012, em Havana.



A campanha pelo “sim” contou com o apoio de centenas de pessoas de fora da Colômbia, como o ex-presidente dos EUA, Barack Obama, e o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon.²⁰ Todavia, o “não” saiu vitorioso, com 50,2% dos votos válidos.

Após a derrota no referendo, o presidente Santos convocou a oposição e todos os setores da sociedade para que discutissem os pontos de atrito do acordo para que fosse possível reeditá-lo promovendo mudanças mais adequadas. A nova versão do acordo foi considerada muito similar à primeira e, portanto, para a oposição, estaria muito distante da punição adequada aos guerrilheiros das FARC pelos crimes cometidos durante os anos de conflito. Todavia, o presidente Santos deixou claro que não haveria mais margem de negociação e que este acordo era o melhor acordo possível para o estabelecimento do processo de paz. Apesar das críticas, o acordo foi ratificado pelo Congresso em 30 de novembro de 2016 e o dia seguinte, 1 de dezembro, foi considerado o dia D, no qual seria iniciada sua implementação.²¹

No que se refere à participação dos EUA no processo de negociação do acordo de paz, o ex-secretário de Estado dos EUA, John Kerry, mencionou a insistência do presidente colombiano Juan Manuel Santos entre 2014 e 2015 para que os EUA aumentassem sua participação na formulação do acordo de paz. Os EUA responderam às solicitações enviando um agente especial, Bernie Aronson, que participaria de todas as rodadas de negociações e trabalharia com ambas as partes, governo e guerrilha, para encontrar seu ponto comum e minimizar suas diferenças.²²

No dia da assinatura do acordo de paz, Kerry concedeu entrevista à mídia colombiana e lembrou a forte atuação do Senado e Congresso norte-americanos no processo de paz do país desde a elaboração do Plano Colômbia. Quando foi questionado sobre as preocupações que cercariam os EUA com a assinatura do acordo, Kerry reafirmou as vantagens que o mesmo traria às vítimas do conflito e destacou que o acordo finalmente traria paz e estabilidade não só para a Colômbia, mas para toda região.²³

Ao mesmo tempo, o ex-presidente Barack Obama emitiu uma nota homenageando o trabalho de cooperação de todos os líderes e cidadãos

²⁰Na cerimônia de assinatura do acordo em 26 de setembro de 2016 compareceram 15 chefes de Estado, incluindo o presidente cubano Raúl Castro, anfitrião das negociações de paz. Além disso, também estava presente no evento o então Secretário de Estado dos EUA, John Kerry.

²¹Por seu empenho em encerrar o violento conflito na Colômbia, o presidente Juan Manuel Santos foi condecorado com o Prêmio Nobel da Paz em 2016.

²²No dia da assinatura do acordo de paz, Kerry concedeu entrevista à mídia colombiana e lembrou a forte atuação do Senado e Congresso norte-americanos no processo de paz do país desde a elaboração do Plano Colômbia. Quando foi questionado sobre as preocupações que cercariam os EUA com a assinatura do acordo, Kerry reafirmou as vantagens que o mesmo traria às vítimas do conflito e destacou que o acordo finalmente traria paz e estabilidade não só para a Colômbia, mas para toda região.

²³Ver mais: “Interview with Claudia Gurissati of NTN24/RCNTV”. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/remarks/2016/09/262461.htm>>. Acesso em: 31 out. 2017



colombianos e parabenizou, em particular, Juan Manuel Santos, pela liderança durante os quatro anos de negociação. Obama também agradeceu aos governos cubano e norueguês pela mediação dos diálogos de paz e afirmou que da mesma forma que os EUA foram parceiros da Colômbia em tempos de guerra, seriam parceiros para fazer a paz.²⁴ Assim, o discurso de Barack Obama reitera uma das principais diferenças para seu antecessor, George W. Bush, no que tange à leitura do sistema internacional. Nota-se que Obama aposta no multilateralismo, na estabilidade do sistema internacional e na resolução de conflitos por uma via mais pacífica. Essa postura, certamente, condicionou o envolvimento norte-americano nesta fase do processo de paz. Dessa maneira, a mudança de conduta no relacionamento do governo colombiano com as FARC torna-se expressiva: de um viés ofensivo militar de Álvaro Uribe e George W. Bush para um viés dialogado, proposto por Juan Manuel Santos e Barack Obama.

Assim sendo, um dos pontos fundamentais para compreender os desdobramentos dos processos de paz na Colômbia é a relação deste país com os EUA, intensificada a partir dos anos 1990. Deste modo, conforme os pontos apresentados ao longo das últimas sessões, a tabela a seguir tem o objetivo de ilustrar as principais semelhanças e diferenças da relação entre EUA e Colômbia nos últimos quatro mandatos presidenciais colombianos. Com isso espera-se elucidar os momentos em que os EUA foram decisivos nas tratativas de paz do governo colombiano com as FARC.

²⁴ Ver "Statement by the President on the Colombia peace agreement". Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/08/25/statement-president-colombia-peace-agreement>>. Acesso em: 31 out. 2017.

**Tabela 1 – Resumo comparativo dos mandatos dos quatro últimos presidentes colombianos.**

	Ernesto Samper Partido Liberal Colombiano (1994-1998)	Andrés Pastrana Partido Conservador Colombiano (1998-2002)	Álvaro Uribe Partido Centro Democrático (2002-2010)	Juan Manuel Santos Partido Social de Unidade Nacional (2010-)
Presidente dos EUA	Bill Clinton (1993- 2000)	Bill Clinton (1993-2000) George W. Bush (2001-2008)	George W. Bush (2001-2008) Barack Obama (2009-2016)	Barack Obama (2009-2016) Donald Trump (2017-)
Relação com os EUA	Distanciamento	Diálogo consistente	mais Aproximação intensa	Aproximação
Investimento dos EUA (em milhões de US\$ até 2015)	Militar: 0,110 Econômico: 0,15 Anti-drogas: 0,301	Militar: 72.592 Econômico: 268.186 Anti-drogas: 2.754.377	Militar: 666.686 Econômico: 744.683 Anti-drogas: 6.197.348	Militar: 192.653 Econômico: 1.053.544 Anti-drogas: 1.575.667
Destaques do governo	I. Distanciamento em relação aos EUA; II. Envolvimento com o narcotráfico; III. Altos índices de violência na Colômbia	I. Plano Colômbia; II. Tentativa fracassada de negociação de paz com as FARC; III. Baixa popularidade devido ao fracasso do processo de paz	I. Intensificação do Plano Colômbia; II. Acordo de cooperação militar com os EUA (DCA); III. Ofensivas militares contra as FARC (Plano Patriota); IV. Relação próxima com George W. Bush	I. Retomada das negociações de paz com as FARC; II. Apoio dos EUA no processo de paz; III. Referendo para sancionar o acordo; IV. 100% do desarmamento das FARC atingido
Popularidade ao final do mandato	32%	20%	80%	19%*
Negociação de paz com as FARC	Não fazia parte do plano de governo	Fracassada	Não fazia parte do plano de governo	Concluída em 2016

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O índice de popularidade do governo de Juan Manuel Santos refere-se ao último número divulgado pelo jornal El Universal em set. 2017 e apresentado pelo Americas Quartely em 13 set. 2017.

Fontes: Investimento dos EUA (em milhões de US\$ até 2015): US Overseas Loans & Grants [Greenbook]. Disponível em: <<https://explorer.usaid.gov/reports.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

Popularidade ao fim do mandato: El País. Disponível em: <<https://goo.gl/wg4gzm>>. Acesso em: 29 set. 2017 e Americas Quarterly. Disponível em: <<https://goo.gl/a6Wvbb>>. Acesso em: 2 out. 2017.



CONCLUSÃO

Analisando as sessões, evidenciaram-se as dificuldades históricas do Estado colombiano em deter o crescente poder adquirido pelas guerrilhas no país. Ao mesmo tempo, muitos setores da sociedade colombiana passaram a acreditar que a internacionalização do conflito nos marcos dos EUA seria vantajosa e traria melhorias para a resolução dos problemas internos colombianos. Como exposto, ante as circunstâncias internas desfavoráveis e a tumultuada relação do governo de Ernesto Samper com os EUA, os governos subsequentes na Colômbia, gradativamente, foram assumindo e adotando os diagnósticos e estratégias dos EUA para o combate às drogas e à violência provocada pelos grupos guerrilheiros. Dessa forma, a aproximação paulatina da Colômbia com os EUA foi crucial para que o governo colombiano, em 2016, pudesse firmar um acordo de paz com o maior grupo guerrilheiro do país, uma vez que o auxílio militar, estratégico e financeiro que os EUA dispuseram para a Colômbia desde os anos 1990 foi essencial para o enfraquecimento das FARC e para que, posteriormente, o grupo estivesse disposto a sentar a mesa de negociação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Americas Quarterly. **On corruption, they still don't get it.** Disponível em: <<https://goo.gl/a6Wvbb>>. Acesso em: 2 out. 2017.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear:** an agenda for International Security Studies in the

_____; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security:** a New Framework for Analysis. Colorado, Lynne Rienner Publishers. 1998.

_____; WÆVER, Ole. **Regions and Power:** the structure of International Security. Cambridge University Press. 2003.

EL PAÍS. **Presidente Álvaro Uribe termina su gestión con 80% de aprobación.** Disponível em: <<https://goo.gl/wg4gzm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

FARC-EP. **Quem somos e porque lutamos.** Disponível em: <<http://farc-epeace.org/atualidade/item/1238-quem-somos-e-por-que-lutamos.html>>. Acesso em: 01 jul. 2017.



FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 35, nº1. 2013.

The International Consortium of Investigative Journalism (ICIJ). **Proyeto sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina.** Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org>>. Acesso em: 27 set. 2017.

The New York Times. **U.S Strips Colombian President of His Visa.** Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1996/07/12/world/us-strips-colombian-president-of-his-visa.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

OLIC, Nelson Bacic; CANEPA, Beatriz. **Geopolítica da América Latina.** São Paulo, Editora Moderna. 2004.

RABASA, Angel; CHALK, Peter. **Columbian Labyrinth: the synergy of drugs and insurgency and its implication for regional stability.** RAND's Publication. Arlington, VA, p.46-47. 2001.

RESTREPO, Luis Alberto. **La difícil recomposición de Colombia.** Nueva Sociedad, Caracas, nº192. 2004.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 34, nº1. 2012.

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo?.** Civitas, Porto Alegre, vol. 5, nº2. 2005.

SALDANHA, Ana Maria. **Especial Colômbia: terra, história e violência.** Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/39838/especial+colombia+terra+historia+e+violencia.shtml>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

SANTOS, Marcelo. **Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 53, nº1. 2010.

United States Department of State. **Background briefing previewing Secretary Kerry's travel to Cartagena.** Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2016/09/262385.htm>>. Acesso em: 31 out. 2017.



----- **Foreign Terrorist Organizations (FTOs).** Disponível em:
<<https://www.state.gov-/j/ct/rls/other/des/123085.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

----- **Interview with Claudia Gurisatti of NTN24/RCNTV.** Disponível em:
<<https://2009-2017.state.gov/secretary/remarks/2016/09/262461.htm>>. Acesso em: 31 out. 2017.

----- **The National Security Strategy of the United States of America (2002).** Disponível em:
<<https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2017.

----- **U.S.-Colombia Defense Cooperation Agreement.** Disponível em:
<<https://2009-2017.state.gov/r/pa/prs/ps/2009/oct/131134.htm>>. Acesso em: 2 out. 2017.

United States Overseas Loans & Grants [Greenbook]. Disponível em:
<<https://explorer.usaid.gov/reports.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

VIEIRA, Constanza. **Five Decades of a Struggle for Land that Became a War.** Global Information Network. New York, Jun 9. p.1. 2004.

VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, vol. 48. 2005.

The Washington Times. The crucial battle for Colombia. Disponível em:
<<http://www.washingtontimes.com/news/2002/jul/19/20020719-034400-7865r/>>. Acesso em: 28 set. 2017.

The White House. **Peace Colombia – A new era of partnership between the United States and Colombia.** Disponível em:
<<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-pressoffice/2016/02/04/fact-sheet-peace-colombia-new-era-partnership-between-united-statesand>>. Acesso em: 2 out. 2017.

----- **Statement by the President on the Colombia Peace Agreement.** Disponível em:
<<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/08/25/statement-president-colombia-peace-agreement>>. Acesso em: 31 out. 2017.



A VIOLÊNCIA DE ESTADO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO PODER: O CASO VENEZUELANO.

Giovanna Clapis¹

INTRODUÇÃO

A Venezuela é, historicamente, um país que passou por diversas ditaduras e governos democraticamente eleitos que terminaram tornando-se repressivos quando a situação saía de controle — história não muito incomum na América Latina. É também um país de grande interesse internacional devido à sua riqueza mineral muito abundante: o petróleo. Ao petróleo, são devidos os interesses estadunidenses e europeus presentes no território desde o início do século XX, interesses esses beneficiados pelas muitas ditaduras e utilização desproporcional da violência de Estado ao longo dessa História. Inicia-se esse panorama sobre a violência e os movimentos sociais na Venezuela falando-se sobre a ditadura do general Juan Vicente Gómez, que governou o país por 27 anos, desde 1908 até sua morte em 1935.

A HISTÓRIA DA VENEZUELA E A VIOLÊNCIA DE ESTADO

Foi durante a ditadura gomezista que iniciou-se a chamada “corrida do óleo” na Venezuela, a partir dos anos 1920, com a primeira Lei de Hidrocarbonetos afiançada pelo general Gómez.² Segundo Gilberto Maringoni, o gal. Gómez garantiu benefícios a empresas de prospecção estrangeiras através de legislações nos anos 1920, e seu governo marcou uma clara abertura ao capital internacional, que foi se intensificando ao longo desses anos com as descobertas de novos campos petrolíferos e o aumento produtivo estratosférico, que elevou a Venezuela ao posto de segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. A Venezuela, que algumas décadas antes, era uma economia agrícola inexpressiva, tornou-se um interesse estratégico para os EUA e para a Europa. Além de beneficiar as oligarquias presentes na Venezuela, a ditadura gomezista tranquilizava os investidores estrangeiros, pois a grande repressão do regime facilitava o controle sobre movimentos sociais, políticos e

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense.

² MARINGONI, Gilberto. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora Unesp, 2009.



sindicais, que não possuíam voz na crescente economia venezuelana, e só viriam à tona outra vez após a morte de Gómez em 1935.³ A ditadura gomezista é apenas um dos primeiros exemplos das ditaduras e governos repressivos que marcariam o século XX na Venezuela, mas contribui para exemplificar que o país tem grande parte de sua História recente manchada pela violência de Estado.

Em 1929, a economia venezuelana sofre um baque com a Crise da Bolsa de NY, e as desigualdades socioeconômicas são aprofundadas no país. Ainda seguindo a linha histórica traçada por Gilberto Maringoni, observa-se que foi apenas a partir da morte de Gómez e chegada de López Contreras ao governo em 1935 que os movimentos sociais e sindicais tomaram maior força e passaram a se mobilizar. A reação do governo de Contreras, que pretendia preservar a dinâmica criada pela ditadura gomezista, foi suspender as garantias constitucionais (que teoricamente protegiam o povo venezuelano), dando maiores poderes ao Estado e “legitimando” seu uso desproporcional da força, a fim de desencorajar mobilizações e protestos contra o governo e a situação em que se encontrava o país. Essa medida e a forte repressão por parte do governo, no entanto, geraram o oposto: o ano de 1936 seria considerado o ano das organizações políticas, surgimento de partidos, mobilizações e greves gerais.

Já os governos posteriores de Medina Angarita e Rómulo Gallegos (primeiro presidente eleito por eleições diretas) foram mais tranquilos no quesito violência de Estado em relação às ditaduras anteriores. Contudo, em 1948 um golpe militar depõe Gallegos e inaugura uma das ditaduras mais opressoras da história do país com o general Marcos Pérez Jiménez.

Para os interessados estrangeiros, em especial os EUA, a ditadura “jimenista” veio em boa hora para desfazer as reformas de Angarita e Gallegos, além de facilitar o controle da população por sua repressão violenta, prisões, desaparecimentos, tortura e a violência de Estado desmedida. Em plena Guerra Fria, os EUA, “bastião da democracia”, não se importaram muito com o golpe na Venezuela, já que o novo governo atendia melhor aos interesses estadunidenses. Quase 10 anos de ditadura depois, Pérez Jiménez cai, e em seu lugar surge outro marco da política venezuelana: o Pacto de Punto Fijo. Esse pacto marca uma “aliança” entre partidos de oposição surgidos ao fim da ditadura gomezista, notando-se especialmente a Aliança Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei). No entanto, apesar de os governos da fase Punto Fijo terem sido eleitos e o país ser um dos poucos que continuou como uma democracia durante a época das ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, argumenta-se que em diversos momentos chegou a ser tão repressivo quanto essas ditaduras.

³ MARINGONI, 2009, pp. 44-46.



Na década final da Guerra Fria, as economias latino-americanas entraram em uma profunda crise da dívida externa, e isso não excluiu a Venezuela, que se viu prejudicada pelas sucessivas quedas nos preços mundiais do petróleo. A situação socioeconômica da Venezuela se tornou catastrófica, e nenhuma medida dos governos parecia ter resultados positivos. Em 1989, o descontentamento da sociedade com a alta dos preços dos bens de consumo e dos combustíveis, além dos cortes de gastos públicos pelo governo que prejudicaram as camadas mais pobres da população, eclodiu em protestos por todo o país.

A sequência de protestos e revoltas que tomaram o país ficou conhecida por Caracazo, e foi marcada por uma série de manifestações na capital e em diversas outras cidades, com os manifestantes fazendo passeatas que foram reprimidas violentamente depois que os mesmos começaram incêndios, bloqueios e pilhagens. Esse episódio demarcou a queda da “máscara” de democracia e respeito ao povo venezuelano do governo puntofijista, pois em pouco tempo, o governo de Carlos Andrés Pérez tinha acionado o Exército Nacional contra os manifestantes, imposto um toque de recolher e suspenso as garantias constitucionais, o que proporcionou uma decaída veloz a uma violência desenfreada e desproporcional contra o povo, e sufocou as manifestações, que terminaram poucos dias depois.

Os resultados do Caracazo foram prisões, centenas de mortos e incontáveis feridos (especula-se que o número de mortos chegou à casa de mais de mil), e o governo saiu extremamente fragilizado dessa demonstração violenta, com o povo ressentido e desconfiado.⁴

Essa instabilidade abriu caminho para que setores mais à esquerda da política venezuelana se fortalecessem, e em 1992 alas de esquerda das Forças Armadas tentaram um golpe contra Carlos Andrés Pérez. Contudo, o golpe falhou, e seus líderes e vários rebeldes das Forças Armadas foram presos. Destes, o nome de destaque foi Hugo Chávez, que até então era um desconhecido. Posterior a esse golpe, os direitos constitucionais foram suspensos, e o governo seguiu tentando sufocar quaisquer vozes dissidentes. Em 1993, Pérez sofre um impeachment. O presidente seguinte seria Rafael Caldeira, que anistiou os presos do golpe de 1992, mas fez pouquíssimo para se diferenciar de seu antecessor, e seguiu com privatizações, sem alterar as bases sociais que sofriam com a economia instável e crises nos setores públicos.

O GOVERNO BOLIVARIANO E AS CONTRADIÇÕES ATUAIS

Foi então que Chávez, gozando de recente popularidade desde o golpe, decide inserir-se na política por meio de vias legais, e assim nasce o MVR (Movimento Quinta República), filho direto do MBR interno às Forças Armadas que tinha

⁴MARINGONI, 2009, pp. 72-73.



organizado o primeiro golpe de 1992. Com a vitória nas eleições de 1998, tem origem então a República Bolivariana da Venezuela em 1999.

Com sua hábil construção da imagem de “herói nacional”, Chávez colocou-se como referência de resistência aos interesses estadunidenses em seu país e na América Latina como um todo. Inicia-se então, a já conhecida fase de reconstrução venezuelana na “Era Chávez”, com as reformas passadas pelo governo, a reestatização de diversas empresas, direitos para grupos indígenas e investimentos nos setores públicos. O retorno do nacionalismo após uma fase neoliberal tão extensa assustou as grandes potências, principalmente os EUA, grande importador de petróleo venezuelano. Já nas épocas eleitorais, as mídias venezuelanas e internacionais alertavam para o perigo de um governo nacionalista e para a figura de Chávez. Após sua eleição, essas tentativas de difamação prosseguiram, mas o presidente possuía uma popularidade imensa com seus planos de reforma agrária e distribuição de renda, e seu carisma garantia a confiança da população de seu país.

Além disso, como afirma Richard Gott, o presidente desejava ver os setores militares bem inseridos e concatenados com as questões da sociedade venezuelana, para diferenciar-se de outros governos militares que foram, em sua grande maioria, historicamente repressivos e violentos na América Latina.⁵ O “Comandante” queria buscar um internacionalismo que não fosse automaticamente aliado aos EUA, apesar de exportar muito petróleo para esse país. A situação de repulsão ideológica pelos EUA se agravou quando George W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos em 2001. No entanto, Chávez manteve uma política econômica inteligente o suficiente para não danificar as relações de exportação com os EUA e a entrada de petrodólares na Venezuela. Leonardo Valente chama essa relação EUA/Venezuela de “diplomacia do petróleo”, e afirma que, apesar dos constantes embates entre os dois países, as relações econômicas seguiram a todo vapor e não foram prejudicadas pela postura venezuelana de revisionismo em relação aos Estados Unidos.⁶

Como, então, com um governo aparentemente orientado para reformas positivas, revisionismo internacional, aproximação com os vizinhos latino-americanos, de compromisso com seu povo, com a democracia, e que possuía constantes eleições a fim de legitimar-se, a Venezuela chavista recairia, futuramente, em estereótipos de governos repressivos e autoritários que haviam manchado a história do país ao longo de décadas? É imprescindível compreender a história que a Venezuela possui com ligação à violência de Estado, governos militarizados e, especialmente, revisar os fatos recentes que degingolaram na atual crise venezuelana de 2017, agora sob governo de Nicolás Maduro.

⁵GOTT, R., 2004, pp. 281-288.

⁶MONTEIRO, L. V., 2012, pp. 167-174.



Ao passar dos anos, o governo bolivariano se aparelhou muito bem na Venezuela, e fazia eleições e referendos periódicos para legitimar as decisões do Estado. Saiu fortalecido do golpe de oposição de 2002 e foi recebido com clamor pelo povo. Tampouco proibiu ou ilegalizou outros partidos de oposição ao seu governo, agremiações e movimentos dissidentes. Posteriormente, criou canais de rádio e televisão para contrapor-se aos canais venezuelanos privados, em sua maioria controlados pela oposição decadente. Chávez já entendia a máxima de que a “propaganda é a alma de todo negócio”. É claro que a figura do presidente lhe garantia muitas vitórias nas urnas e mantinha sua legitimidade para com o público.

Dessa forma, um dos momentos marcadamente contraditórios do governo de Chávez foi quando o presidente não renovou as concessões à rede de TV Radio Caracas de Televisión (RCTV) em 2006. O episódio gerou polêmica de proporções internacionais, trazendo tanto vozes de concordância de que a RCTV não deveria ser renovada devido ao seu papel no golpe de 2002, quanto de discordância, com a mídia de oposição, ONGs e governos internacionais aproveitando para falar de “liberdade de expressão” e “escalada ditatorial”⁷ a partir da medida. Logo da decisão, manifestações tanto de apoio quanto de repúdio vieram à tona, e Chávez garantiu à oposição que agitações violentas seriam retaliadas.⁸ Esse momento desgastou um pouco a imagem do governo chavista.

Ainda em 2006, Chávez decretou a criação do PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela), abarcando os partidos da base governista, e essa manobra um tanto quanto unilateral gerou outras contradições, pois o decreto veio junto com uma declaração razoavelmente ameaçadora de Chávez de que “os partidos da base oficial na Assembleia Nacional deveriam dissolver-se no interior do PSUV ou abandonar o governo.” (MARINGONI, 2009, p. 35). Nesse mesmo ano, Chávez enfrentaria insatisfação popular devido a alguns problemas de gestão, além de investimentos mais baixos em setores como saúde, educação e outras demandas sociais. Talvez essas movimentações de 2006 fossem os primeiros sintomas de que o governo bolivariano não seria tão conivente com oposições e dissidências quanto queria fazer crer.

Mesmo que o governo Chávez tenha tentado manter a imagem de democracia e respeito aos direitos humanos, diversos opositores do governo, organismos internacionais, ativistas⁹ e ONGs de liberdade de imprensa e defesa dos direitos humanos começaram a denunciar a cúpula bolivariana por

⁷ MARINGONI, 2009, pp. 32-33.

⁸ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070527_rctvjardim_pc.shtml e <https://extra.globo.com/noticias/mundo/pt-defende-chavez-por-negar-concessao-rctv-690074.html>

⁹ Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/venezuela0908web.pdf> e <https://www.hrw.org/>



proibições de propagandas dissidentes e quebras de liberdade de imprensa, monopolização da imprensa pelo Estado, deturpação do sistema judiciário, e perseguição de opositores políticos, jornalistas e ativistas. Já em 2012, a Venezuela denuncia a Convenção Interamericana de Direitos Humanos da OEA, sob pretexto de que a OEA era um organismo defasado em prol dos interesses estadunidenses. Essa denúncia foi tomada amplamente como a fragilização da proteção dos direitos humanos no país.¹⁰

Em 2014, com a economia já fragilizada desde a crise de 2008 e a situação socioeconômica espiralando em decadência, novos protestos pulularam o país contra e a favor do governo de Nicolás Maduro. Supõe-se que mais de 30 pessoas morreram e centenas ficaram feridas, e houve denúncia de uso desproporcional da força pelos policiais, pela Guarda Nacional Bolivariana, e pelo Serviço de Inteligência, utilização de armas de fogo, prisões arbitrárias, perseguição a jornalistas e opositores políticos, e casos de tortura. Mais de 2000 pessoas foram detidas. Nessas manifestações foram detidos, também, líderes da oposição, entre eles Leopoldo López, um dos casos emblemáticos!¹¹ Os protestos continuaram e um ano depois o número de mortos subia para mais de 40, e de detenções para mais de 3000. No ano seguinte, outro reporte da Anistia Internacional afirmou que muitos dos casos seguiram impunes e várias detenções sem julgamentos. Membros da oposição deixaram o país ou continuaram presos!¹²

Em 2017, a crise foi provavelmente uma das mais intensas já vividas no país, e ganhou maior visibilidade internacional devido à repressão desmedida das forças nacionais, que foi veiculada de maneira repetitiva pela mídia internacional. Ademais, a piora na escassez de alimentos e produtos de necessidade básica, a crise sanitária e a falta de abastecimento de remédios, a explosão inflacionária e desvalorização da moeda nacional, e a crise de refugiados gerada pela situação generalizada não possuem precedentes no país. Os protestos se tornaram maiores e mais intensos a partir de abril, devido à uma tentativa do governo venezuelano de tomar controle da Assembleia Nacional. Essa medida foi criticada em reunião da OEA, e considerada uma quebra com a democracia e com a Constituição venezuelana, por tentar dissolver o poder Legislativo, e foi até mesmo chamada de golpe de Estado e oficialização de uma verdadeira ditadura no país!¹³

¹⁰Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/decisao-da-venezuela-de-denunciar-convencao-americana-e-uma-afronta-vitimas-de-violacoes-de-direitos-humanos-e-geracoes-futuras-de-venezuelanos/> e <http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Carta-Retiro-CIDH-Firmada-y-sello.pdf>

¹¹Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Venezuela-Los-derechos-humanos-en-riesgo-en-medio-de-protestas.pdf>

¹²Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Venezuela-report-2015.pdf>

¹³Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1871141-supremo-corte-da-venezuela-assume-as-funcoes-do-parlamento.shtml>



Reportes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e da ONG Human Rights Watch concluíram que a situação da violência de Estado na Venezuela atingiu níveis catastróficos, e as forças da Guarda Nacional Bolivariana, Serviço de Inteligência e a Polícia Nacional, além dos chamados “colectivos” populares armados, foram denunciados por casos de tortura, detenções, repressão nas ruas e mesmo dentro das casas, instituição de toques de recolher, utilização de armas de fogo com munição de borracha, chumbo ou tradicionais (inclusive à queima-roupa), gás lacrimogênio e bombas de efeito moral, respaldados pela direção governamental. De acordo com esses organismos, foram registradas mais de 160 mortes entre abril e agosto de 2017, incluindo menores de idade, e mais de 2000 feridos. A situação política continuou a se deteriorar,¹⁴ e em julho, a votação para uma Assembleia Nacional Constituinte levou a mais protestos reprimidos violentamente no país.¹⁵

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, uma resposta à primeira pergunta é necessária: Como foi, portanto, que a Venezuela da Revolução Bolivariana decaiu em estereótipos históricos dos governos repressivos e ditatoriais que mancharam sua história? Pode-se assumir que a necessidade da manutenção de poder destrói qualquer ideologia, ou que seja tendência governos tão bem aparelhados caírem em totalitarismos quando a situação passa a fugir de seus controles, ou até mesmo que governos progressistas não logrem sobreviver intocados dentro de um sistema capitalista de competição selvagem. Não fica claro. Mas o que está cristalino é que a crise venezuelana apenas se aprofundou, e não parecem existir saídas fáceis à frente. Resta pressionar para que tais violações parem imediatamente, e aguardar a força do povo venezuelano de se reerguer de tamanho choque e reciclar não apenas suas bases políticas, mas toda uma sociedade que ficou marcada pelos horrores da violência de Estado dos últimos anos.

¹⁴Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela1117sp_web.pdf

¹⁵Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/internacional/1501448376_714704.html



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOTT, Richard. **À Sombra do Libertador**: Hugo Chávez Frías e a transformação da Venezuela. Tradução Ana Corbisier, 1.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Inimigo Sim, Negócios à Parte**: revisionismo periférico antagônico e pragmatismo comercial combinados na política externa do governo Hugo Chávez. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2012.

A Decade Under Chávez: Political Intolerance and Lost Opportunities for Advancing Human Rights in Venezuela. Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/venezuela0908web.pdf>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Venezuela: Los Derechos Humanos en Riesgo en Medio a Protestas. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Venezuela-Los-derechos-humanos-en-riesgo-en-medio-de-protestas.pdf>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Venezuela: Los Rostros de La Impunidad. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Venezuela-report-2015.pdf>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Arremetida Contra Opositores: Brutalidad, tortura y persecución política en Venezuela. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela1117sp_web.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2017.

Violaciones y abusos de los derechos humanos en el contexto de las protestas en la República Bolivariana de Venezuela del 1 de abril al 31 de julio de 2017. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCReportVenezuela_1April-31July2017_SP.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

PT defende Chávez por negar concessão à RCTV. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/pt-defende-chavez-por-negar-concessao-rctv-690074.html>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Governo e oposição pedem manifestações na Venezuela. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070527_rctvjardim_pc.shtml> Acesso em 07 de novembro de 2017.



Venezuela's Crisis Explained From the Beginning. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/04/venezuela-happening-170412114045595.html>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

Decisão da Venezuela de denunciar a Convenção Americana é uma afronta às vítimas de violações de direitos humanos e às gerações futuras de venezuelanos. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/decisao-da-venezuela-de-denunciar-convencao-americana-e-uma-afronta-vitimas-de-violacoes-de-direitos-humanos-e-geracoes-futuras-de-venezuelanos/>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

Carta de Denúncia da Convenção Americana de Direitos Humanos pela República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <<http://www.minci.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Carta-Retiro-CIDH-Firmada-y-sello.pdf>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Venezuela: Repeal Measures Aimed at Critics. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2009/07/31/venezuela-repeal-measures-aimed-critics>> Acesso em 07 de novembro de 2017. Suprema Corte da Venezuela assume as funções do Legislativo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1871141-supremo-corte-da-venezuela-assume-as-funcoes-do-parlamento.shtml>> Acesso em 07 de novembro de 2017.

Violência e abstenção na votação da Constituinte de Maduro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/30/internacional/1501448376_714704.html> Acesso em 07 de novembro de 2017.



“O QUE TORNA O BRASIL DIFERENTE?”: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO SUL-AMERICANO PÓS-GUERRA DO PARAGUAI E DO LEGADO DO DISTANCIAMENTO BRASILEIRO

Maria Luísa Maia Medeiros¹
Eduarda Pacheco Souto
Victoria Maria Silva dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem como intuito apontar e analisar o cenário internacional em que se inseria a América Latina e, especialmente, o Brasil após a Guerra do Paraguai. Durante a disputa, o Brasil, como país mais forte econômica e militarmente da região, exerceu o papel de potência interventora, inserindo-se intensamente na política platina. Entretanto, com o fim da guerra, o Império retomou sua política de afastamento das repúblicas sul-americanas, priorizando relações com os Estados Unidos e a Europa, levando com que fosse reforçada uma visão de nós versus eles na qual o Império representava a ordem e a civilização e os países republicanos a desordem e a barbárie. O objetivo, então, é explorar os relatos de viagem de diplomatas brasileiros e como estes, somando a sociedade, percebiam os países vizinhos como distantes e inferiores de acordo com seu ideário monarquista e anti-republicano.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa. Império brasileiro. Diplomacia. Identidade. Pós-Guerra do Paraguai.

ABSTRACT

The current article has as its purpose to indicate and analyze the international outlook in which Latin America and, especially, Brazil inserted itself after the Paraguayan War. During the dispute, being the economically and militarily strongest country in the region, Brazil played the role of the intervening power, inserting itself intensely in the platina politics. As the war neared its end, however, the Empire resumed its policy of distancing itself from the South American republics, prioritizing relations with the United States of America and Europe, reinforcing an antagonistic vision in which the Empire represents order and civilization, while the republican countries are analogous to disorder and barbarism.

¹Graduadas em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-membras do corpo editorial do Cosmopolítico.



Thus, the objective is to investigate Brazilian diplomats' travel narratives and how they, added to society, understood neighbouring countries as distant and inferior according to their monarchist and anti-republican ideology.

Keywords: Foreign Policy. Brazilian Empire. Diplomacy. Identity. Post-Paraguayan War.

INTRODUÇÃO

Considerando que as narrativas apresentadas por diversos estudiosos — e também não-estudiosos — sobre viagens e suas referentes localidades e sociedades carregam convicções culturais próprias, o objetivo do artigo é refletir sobre a compreensão brasileira acerca dos demais países latino-americanos de acordo com o seu ideal monarquista. Isto será feito a partir da observação de relatos de viagens de oficiais governamentais em um contexto pós-Guerra do Paraguai, principalmente de representantes do Estado Imperial brasileiro em missões diplomáticas — tal como Luiz Augusto de Pádua Fleury.

Como referencial teórico, o artigo da historiadora Maria Lígia Coelho Prado “O Brasil e a Distante América do Sul” é parte central das reflexões aqui presentes. A autora questiona quais seriam as razões para o afastamento que se formou entre o Brasil e o restante da América Latina após o processo de independência dos países da região no século XIX, e a origem desse padrão de pensamento incorporado pelos círculos sociais do país, marcadamente depreciativo, acerca dos vizinhos latinos.

Para tal, primeiramente serão apresentados os eventos e conflitos regionais que ocorreram na década de 1870 após a perda paraguaia na guerra, além da formação de possíveis alianças e contra-alianças na extensão continental. Em seguida, discute-se a compreensão brasileira quanto aos países vizinhos, passando por um histórico legado cultural eurocêntrico que se definia como “superior” e diferente dos países que rodeavam o Estado brasileiro.

Após explorar os valores do Império e da sociedade brasileira — refletida pelos princípios defendidos pelas figuras estatais — e discorrer sobre a conjuntura internacional do pós-Guerra do Paraguai e suas articulações políticas internas, finalmente analisam-se relatos de viagem diplomáticos do Império. Serão investigadas as perspectivas de oficiais brasileiros em meio aos seus exercícios diplomáticos nos países vizinhos e também o distanciamento cultural e político entre os países envolvidos. Como fonte para as reflexões presentes neste artigo, utilizou-se uma extensa bibliografia focada nos temas, buscando priorizar autores de diferentes nacionalidades dos países foco do trabalho.



POLÍTICA EXTERNA NA REGIÃO PLATINA

As décadas precedentes ao início da Guerra da Tríplice Aliança e a condução da política externa brasileira para a região platina neste período são fundamentais para compreender as causas adjacentes do conflito. Autores como Gabriela Nunes Ferreira (2006), Francisco Doratioto (2002) e José Murilo de Carvalho (2008) são categóricos ao entender que a consolidação do Estado imperial brasileiro nas décadas seguintes à sua independência foi de suma importância para que o país exercesse um nível de intervenção na política de seus vizinhos. A precoce organização do Estado brasileiro, em comparação com os países da região, permitiu que o país ao final do conflito conseguisse alcançar seus objetivos na política do Cone Sul. Além disso, em acordo com a visão de Daniel Coronato (2020), compreende-se que entender a dimensão regional e relacional da bacia platina é de grande importância para assimilar os antecedentes do conflito na década de 1860. O autor esclarece que após a independência do subcontinente até a eclosão da guerra uma série de padrões foram incorporados, em comum, pelos países da região. Tais como:

[...] os limites instáveis e/ou indefinidos; fronteiras marcadas por episódios recorrentes de violência fomentados pela lógica econômica que dependia do uso da força para a conquista e/ou controle de recursos e rotas comerciais, excedendo as soberanias; fraqueza do poder central em estender sua autoridade sobre todo o território; internacionalização dos conflitos partidários, em especial entre ramos do unitarismo e federalismo, e por fim, a conservação da autonomia e da independência dependia de grupos e organizações políticas e militares locais. (CORONATO, 2020, p. 7)

Entre as décadas de 1840 e 1850, a nova condução da política imperial para a região platina foi um dos marcos da carreira de Paulino José Soares de Sousa (futuro Visconde do Uruguai) como ministro dos Negócios Estrangeiros (FERREIRA, 2006, p. 141). O Visconde do Uruguai acreditava que o Brasil “[...] deveria ocupar um lugar hegemônico na América do Sul, mantendo distância de seus vizinhos, não considerados como ‘iguais’” (PRADO, 2001, p. 128), indicando como a elite brasileira assimilou o discurso elaborado por ideólogos do Império e agiu de acordo com seus valores conservadores.

Nesse sentido, o ministro dos Negócios Estrangeiros (1843-1844 e 1849-1853) nas décadas anteriores ao conflito com o Paraguai preocupava-se com a manutenção da integridade do Império e sua segurança, além de garantir o acesso aos rios platinos. Por isso, o projeto de Rosas para reconstruir o Vice-Reino do Rio da Prata constituía uma ameaça exigindo intervenção imediata do Império, justificada por meio da defesa das independências do Paraguai e Uruguai e buscando impedir a Argentina de fazer uma extensa fronteira com o território brasileiro (FERREIRA, 2006, p. 145).



A tensão já existente entre Brasil e Argentina foi agravada pela falta de apoio brasileiro à província de Corrientes quando ocupada pelo Paraguai e pela recusa do Império para negociar a questão do Barão de Jacuí no Uruguai com a Argentina, findando relações diplomáticas entre os governos em 1851 (FERREIRA, 2006, p. 156). Ademais, o Uruguai de Oribe também encerrou o diálogo com a Legação brasileira em Montevideu no mesmo ano, queixando-se do não reconhecimento da presidência de Oribe, da falta de punição do Barão de Jacuí e da negação da intermediação do plenipotenciário argentino na mediação, de maneira a marcar o fim da neutralidade do Império e a proximidade da eclosão de uma guerra (FERREIRA, 2006, p. 157).

O Visconde do Uruguai recomendava que o governo começasse a fortalecer o Exército e a esquadra, evitar a queda de Montevideu para Oribe e formar alianças. Nesse contexto, foi estabelecida uma aliança entre Brasil e as lideranças unitárias da Argentina – o futuro presidente Urquiza – e do Uruguai – o general Garzón. Essa articulação culminou na invasão de Montevideu por tropas brasileiras e do litoral argentino comandadas por Urquiza e na derrubada de Oribe e Rosas, marcando o sucesso da coalizão que se juntaria de novo na Guerra do Paraguai (FERREIRA, 2006, p. 163).

A partir das análises da correspondência entre membros do alto escalão do governo, principalmente a de Visconde do Uruguai, é possível observar o jogo de alianças que se desenhavam, mas também a relação entre os países e sua visão sobre o cenário político e seus atores. Como por exemplo, a desconfiança de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, encarregado de negócios do Brasil na capital uruguaia dos motivos de Urquiza para se aliar ao Império e a tentativa – fracassada – de convencer o presidente paraguaio a aderir à aliança mostrando como o país era um aliado de extrema importância (FERREIRA, 2006, p. 176).

As cartas entre Pontes e o ministro brasileiro de Negócios Estrangeiros são fundamentais para compreender as articulações que possibilitaram a vitória da coalizão, bem como seu plano de ação para a política brasileira no Prata que descrevia quem seriam os novos governantes e as estratégias para assegurar os interesses brasileiros na região. Em uma das cartas, Visconde do Uruguai instruiu Pontes a se entender com Urquiza para garantir sua participação na aliança, dando garantias de não hostilidade, de apoio militar a Entre Rios e a defesa da candidatura de Garzón, possibilitando a assinatura de um convênio de alianças ofensiva e defensiva entre Brasil, República Oriental do Uruguai e a província de Entre Rios (FERREIRA, 2006, p. 170).

Ademais, os objetivos imperiais no Prata a longo prazo foram deixados claros nas correspondências do Visconde do Uruguai, sendo os principais: garantir a independência do Uruguai e Paraguai, solucionar a questão de limites, regular a política de fronteiras e acordar sobre a navegação no Rio da Prata e seus afluentes (FERREIRA, 2006, p. 177). O estabelecimento do que viria a ser a Tríplice Aliança nas décadas seguintes e o isolamento do Paraguai levariam ao contexto



político que eclodiria na Guerra do Paraguai, demonstrado por Francisco Doratioto como “[...] resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações” (DORATIOTO, 2002, p. 23).

Com a ascensão ao poder do Partido Liberal no Brasil e a eleição de Bartolomeu Mitre na Argentina em 1862 após a Batalha de Pavón (1861), considerada o marco da consolidação do Estado argentino com a vitória dos unitários sobre os federalistas, houve a convergência ideológica entre os dois países e a emergência de interesses comuns concretos, que era o de combate aos blancos no governo do Uruguai e a resolução das questões fronteiriças pendentes com o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 473).

Já as relações entre o Império e o Uruguai estavam estremecidas devido à imposição de impostos à exportação do gado brasileiro e à não renovação dos tratados de 1851. Ademais, o presidente paraguaio Solano López (aliado aos blancos) objetivava garantir acesso ao porto de Montevideu. O partido liberal brasileiro, temendo ser visto como impotente, invadiu Montevideu com apoio argentino, o que fez com que tropas paraguaias invadissem o Mato Grosso e Corrientes, sendo a causa imediata do início da Guerra (DORATIOTO, 2002, p. 474). Então, é estabelecida a Tríplice Aliança contra o Paraguai em um combate que se estendeu por cinco anos devido a “incompetência militar de Solano López e a demora dos aliados em concluir a guerra”, além do desconhecimento do território paraguaio (DORATIOTO, 2002, p. 476).

O Império se recusava a participar das negociações de paz, pois temia que fazer a paz com Solano López significaria para o Brasil “[...] ficar dependente de um governo paraguaio fortalecido, para manter aberta a navegação do rio Paraguai a navios brasileiros que rumassem para o Mato Grosso, aumentando a vulnerabilidade dessa província” (DORATIOTO, 2002, p. 478). Outro temor do governo brasileiro era que o acordo de paz pudesse influenciar outras repúblicas a recorrerem ao uso da força quando discordassem do Império. Desse modo, a guerra se estendeu até que Caxias ocupasse Assunção e Solano López fosse morto, consolidando a vitória dos aliados (DORATIOTO, 2002, p. 478-480).

O CONTEXTO DA AMÉRICA DO SUL POSTERIOR À GUERRA DO PARAGUAI

Após a Guerra do Paraguai, a conjuntura do continente sul-americano na década de 1870 não foi marcada pela suspensão de conflitos, mas pela continuação crescente da desconfiança e hostilidade entre os demais países latino-americanos. Perante as incertezas e tensões na região, foram cogitadas inúmeras alianças e contra-alianças — que na sua maioria, não vieram a se concretizar necessariamente —, transfigurando a política da região de acordo com um análogo esquema de balança de poder europeu (SANTOS, 2002, p. 112). No entanto, de acordo com Luis Claudio Villafañe Santos (2002), a balança de poder no continente latino-americano não se caracterizava como a europeia



com extensos laços de interesse que sustentariam sua movimentação, resultando, em indefinidas variações de alianças.

Posteriormente à derrota paraguaia na guerra e conseqüentemente à perda da sua figura relevante na região, o quadro político-estratégico das relações na Bacia do Prata foi modificado. A célebre rivalidade entre os anteriores aliados durante a guerra, o Império brasileiro e a República Argentina, foi concretizada e focada na questão fronteiriça entre o Paraguai e a Argentina. Foi estabelecida também a disputa entre o último país e o Chile no que diz respeito à posse da Patagônia e dos estreitos no extremo sul do continente. Ademais, o conflito entre Bolívia e Chile sobre as invasões de terras para exploração de guano no deserto do Atacama resultou na Guerra do Pacífico – que causaria ainda desacordos e confrontos no século XXI abordados na Corte Internacional de Justiça.

Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, foi assinado um acordo que firmou um governo provisório no país derrotado em 1869. A partir disso, ocorreram desentendimentos entre os países, como a alegação da Argentina pela posse de todo o território do Chaco – que transpassava o país mais extensões da Bolívia e do Paraguai – e a ocupação militar pela mesma na localidade da Vila Ocidental na margem do Rio Paraguai. Tal episódio histórico assinalou um momento de tensão entre o Império brasileiro e a Argentina, visto que o governo provisório paraguaio protestou contra tal ação e solicitou atuação brasileira no caso. Além disso, o acontecimento também gerou preocupação à Bolívia devido às duvidosas pretensões argentinas na região do Chaco.

O desfecho da ocorrência se deu com a recusa por parte do governo provisório paraguaio de negociar a posse do Chaco com a Argentina, ato apoiado pelo Brasil e que diretamente influenciou no aumento das tensões entre o país e seu vizinho rival. Tal acontecimento provocou similarmente desconfiança por parte brasileira devido à possibilidade da Argentina se apossar do antigo Vice-Reino do Rio da Prata e “[...] colocou o Império diante de uma virtual possibilidade de confronto com seu antigo aliado” (SANTOS, 2002, p. 117).

Perante situações como essas, foi projetada a constituição de alianças e contra-alianças que poderiam originar um confronto generalizado tocante a parte sul do continente americano (SANTOS, 2002, p. 117). Existiam hipóteses de alianças entre o Brasil e o Chile em contraposição ao Peru, à Argentina e Bolívia, ao mesmo tempo que existia a especulação de uma coalizão entre o Chile, Peru, Bolívia e Equador contra o Paraguai e o Brasil. Por fim, houve somente um tratado concreto de 1873 entre a Bolívia e o Peru apontado contra o Chile. Isto posto, fica claro que as demais alianças não se materializaram pois não se apresentavam como defensoras dos principais interesses dos países em tal conjectura. Exemplo disso foi a recusa do Brasil em participar de uma aliança com o Chile, dado que não desejava induzir uma maior suspeita argentina, não detinha interesses na região andina do continente, ao mesmo tempo que suas intenções no Prata já haviam sido preenchidas.



Para mais, no cenário pós-guerra, além da rivalidade crescente entre Brasil e Argentina e da disputa entre os dois em torno do destino do Paraguai, as finanças internas do Império ficaram altamente comprometidas devido aos gastos exorbitantes no período da extensa guerra. A situação política interna também representava um empecilho ao maior envolvimento no cenário político internacional, em vista das disputas internas em torno do futuro da população escravizada e da diminuição do prestígio do regime monárquico.

A AFASTADA PERCEPÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA SOBRE A VIZINHA HISPANO-AMERICANA

O distanciamento entre o Brasil e demais países sul-americanos não é meramente uma questão de diferença linguística e envolve aspectos mais complexos, como a história e a política oriundas de processos coloniais distintos, o que pode ser ilustrado através da análise dos processos de independência e construções identitárias que ocorreram de maneira praticamente antagônicas. Ademais, a difusão em massa de discursos – que posteriormente foram apresentados como a história oficial – cujos objetivos eram perpetuar essas diferenças colaborou para que a ideia de rivalidade entre Brasil e outros países sul-americanos atingisse não só a esfera governamental, mas também a sociedade civil.

A rivalidade existente entre os países no sul do continente americano é algo que remonta séculos, desde o estabelecimento passado das colonizações ibéricas – portuguesa e espanhola – na região. O cenário no qual as ex-colônias espanholas conseguiram suas independências foi bem menos favorável do que o encontrado pelo Brasil, uma vez que não contavam com aliados e enfrentaram diversos obstáculos para garantir seu reconhecimento, visto que a Espanha estava fortalecida pela Santa Aliança e se negava a aceitar a substituição do regime monárquico pelo republicano (VÁZQUEZ, 2003, p. 259). Em contrapartida, a independência brasileira não veio acompanhada da tentativa de instauração da república ou do rompimento com a monarquia portuguesa, sendo um projeto de estratégia comercial e a transferência do sistema já existente em Portugal para o Brasil.

Segundo a autora Maria Ligia Coelho Prado (2001), os limites traçados ao longo do território latino-americano foram realizados de forma estratégica a não somente dividir as terras geograficamente, mas a reparti-las política e culturalmente. A partir da definição de interesses sociais e econômicos particulares de cada localidade, foi instituída uma configuração que impedia a proximidade entre os demais países – principalmente entre aqueles com línguas distintas. Devido a isto, o passado europeu e seus valores estabelecidos na



extensão sul-americana permaneceram como os predominantes até mesmo após as independências no continente, acarretando no distanciamento entre os países – sobretudo entre o Brasil e os demais.

A herança colonial europeia no Brasil foi algo característico na sua própria composição nacional e que pode ser confirmada de modo latente na atualidade e durante a época imperial. Nesse sentido, o país possui sua cultura enraizada em uma forte tradição eurocêntrica conservadora, de maneira a “[...] estar de olhos postos na Europa e de costas para a América Latina” (PRADO, 2001, p. 128). Tais fatores influenciaram diretamente no sentimento de superioridade do Império em relação às diversas nações latino-americanas, visto que a Europa era conceituada como o padrão civilizatório e desenvolvido a ser seguido e o berço das notáveis monarquias nacionais – traço em comum com o Brasil. Assim sendo, o país se identificava mais com o modelo europeu em razão dos seus vínculos e “proximidades” em contraste com seus próprios vizinhos regionais.

Parte deste senso de grandeza deriva também do fato de que os Estados sul-americanos eram em sua maioria republicanos – atributo relacionado e enxergado pelo Império à desordem, desunião e fragmentação (PRADO, 2001, p. 131). Desse modo, se fazia necessário para o Brasil se opor e diferenciar do restante do continente latino-americano, a partir de meios escritos e discursos políticos que se disseminariam para a vida pública e para o senso comum. A política imperial inaugurou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (I.H.G.B.), em 1838, essa instituição operou com base na teoria do alemão Karl Friedrich Philipp von Martius, ou seja, escrevendo a história para convencer os republicanos da “inexequibilidade de seus projetos ‘utópicos’” e da necessidade de uma monarquia em um país com tantos escravos e um território tão vasto (PRADO, 2001, p. 129).

Dessa maneira, o Império, quando ameaçado pela emergência de diversas revoltas republicanas de independência pelo território, não economizou recursos para derrotá-las e evitar que a unidade nacional fosse comprometida (PRADO, 2001, p. 131). O impacto desta instituição foi tão significativo que promoveu uma linhagem interpretativa no país sobre sua própria história – mais tarde utilizada e enraizada por manuais escolares e enunciados políticos (PRADO, 2001, p. 130). Em vista disso, a construção da identidade brasileira diferenciava o país dos demais da América Latina, se fundamentando na ideia oposta entre o “nós” e “eles” assentada nas distinções dos regimes políticos adversos – republicano e monárquico. Graças à formação desse ideário político e cultural de primazia brasileira em detrimento das variadas nações latino-americanas, houve a absorção popular desta concepção que auxiliou no estabelecimento da forma de se pensar a relação dispar entre o Brasil e o restante do continente (PRADO, 2002, p. 132). Essa ideologia dispunha de tamanha resistência e força que, embora o país tenha deixado de ser uma monarquia e se tornado república no fim do



século XIX, a idealização e os argumentos de ser um país superior e divergente na região tenderam a persistir.

Mesmo que o Estado brasileiro tenha transformado seu regime para um de caráter republicano, as relações com a América Latina continuaram praticamente as mesmas, já que insistia-se em destacar as diferenças em oposição às semelhanças (PRADO, 2001, p. 146). A essência da identidade brasileira ainda se baseava na associação das concepções de ordem e unidade asseguradas pelo Império (PRADO, 2001, p. 144). Dito isto, o entendimento sobre o país — que foi construído pela elite e internalizado na sociedade brasileira — cooperou na formação de uma memória em comum que aludia a um passado prestigiado como autenticador do presente e dificultou uma futura integração regional.

No célebre artigo de Prado (2001), a autora conclui suas reflexões declarando que:

[...] é difícil pensar a América Latina a partir do Brasil, onde não existe uma tradição de estudos latino-americanos. Os ricos e férteis resultados que se obteriam, caso perseguíssemos as trilhas abertas pela História Comparada da América Latina, parecem-me evidentes. (PRADO, 2001, p. 147)

Parte do intuito deste trabalho é mudar essa tradição, que vem sendo modificada por pesquisadores brasileiros nas últimas décadas, onde nota-se um interesse crescente pela história dos vizinhos latino-americanos em comparação com a história nacional. A reflexão final de Prado também suscitou um posterior artigo publicado na mesma Revista em 2005, onde a autora faz alguns apontamentos sobre os caminhos da História Comparada na América Latina, contribuindo assim para os objetivos do artigo. Ela propõe que:

Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes [...] não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola. (PRADO, 2005, p. 12)

RELATOS DE VIAGEM E SUAS ORIGENS

Os relatos de viagem são fontes textuais históricas que costumeiramente auxiliam na compreensão e estudos de diversos historiadores sobre determinada época e têm de modo notável e crescente, se tornado instrumentos de pesquisa no âmbito acadêmico. No entanto, além deste gênero textual não ser neutro e



demonstrar traços culturais da origem do autor, ainda é considerado como um corpus documental heterogêneo “pouco definido” (JUNQUEIRA, 2011, p. 44). Estes escritos têm sido questionados devido à inexatidão que podem oferecer como uma fonte de conhecimento e referência para pesquisas futuras. Isto é, mesmo examinando relatos de viagens de figuras oficiais, ainda é possível observar uma narrativa pessoal acompanhada de um material científico.

Para a análise de relatos de viajantes, é preciso apoiar-se em variadas questões como: o contexto nativo cultural do autor e aquele sobre o qual ele escreve; o momento no qual o texto é escrito e publicado; e o formato do relato — diário, narrativa, carta, memória, dentre outros (JUNQUEIRA, 2011, p. 47). Outrossim, ainda discute-se a veracidade da narrativa no que se refere à quem a escreveu de fato, podendo ser o viajante em si ou algum profissional literato. Todos esses elementos influenciam diretamente na composição do texto que mais tarde influirá sobre demais pesquisas acerca do tempo e meio estudado.

Apesar dessas constatações, a narrativa pessoal do viajante é dada como importante pois ela também constata as perspectivas do autor a respeito da sociedade e do local em que escreve sobre, segundo sua compreensão social e cultural. Tal fato pode ser verificado nos relatos de 1876 do diplomata brasileiro Luiz Augusto de Pádua Fleury, o Encarregado de Negócios da Legação imperial em Buenos Aires. Ele apresentava um perfil similar às diversas figuras representantes diplomáticas do Império e sua elite, cuja orientação conservadora associava “[...] Liberdade à Segurança (isto é, à noção de Ordem), à Monarquia constitucional e à manutenção da integridade territorial” (MATTOS, 1990, p. 145).

José Murilo de Carvalho (2008) em obra clássica da historiografia brasileira também questiona quais seriam as razões para as diferentes concepções de política entre as repúblicas hispânicas e o Império brasileiro. Através da análise da formação da elite imperial da época o autor atribui o “sucesso” do processo político de construção do Estado imperial no período pós-independência à homogeneidade ideológica e de pensamento da elite política imperial, verificadas através de uma similaridade de educação, ocupação e carreira profissional. Esse tipo de formação — derivada essencialmente de uma tradição portuguesa de política — moldou a forma como os tomadores de decisões da época atuavam, sendo importante entender como esses indivíduos caracterizavam o “fazer política” na época e qual era a referência de sucesso político no qual se baseavam para tecer comparações com o sistema político republicano dos países vizinhos.

Através da pesquisa e análise dos textos escritos pelo corpo diplomático, é possível compreender a imagem, representação e atuação do Império brasileiro, já que os atores diplomáticos eram como um reflexo do governo em seus princípios e interesses. Tal aspecto pode ser notado em várias passagens de 1876 por Luiz Augusto Fleury destinadas ao Império quando ele, por exemplo, notifica



as ocorrências ao Barão de Cotegipe ao mesmo tempo que demonstra seu apoio e satisfação com as soluções acordadas pelo Congresso Argentino (PASSETTI, 2020, p. 97). Tal obra constata a multidisciplinaridade dos relatos de viagem, que se manifesta como um gênero híbrido derivado da junção de diferentes abordagens literárias em sua composição, compondo elementos técnicos e pessoais (JUNQUEIRA, 2011, p. 55).

À vista disso, em abundantes textos de Fleury fica perceptível sua postura crítica em relação à política do país em que prestava seus serviços diplomáticos (a Argentina) e a validação do discurso monarquista que o Império tanto elaborava e defendia – para sua própria legitimação. Então, tal diplomata era incluído no grupo de representantes do Império que resguardavam a monarquia, em assídua oposição ao sistema republicano – costumeiramente associado à desordem, instabilidade e má gestão pública. Esta perspectiva pode ser comprovada ao analisar os relatórios de Luiz Augusto Fleury de 1876 que tratavam sobre as disputas internas na Argentina, especificamente os conflitos com populações originárias e insurreições provinciais (PASSETTI, 2020, p. 103).

Gabriel Passetti (2020), procura trabalhar uma fonte documental manuscrita clássica da política externa brasileira, isto é, os ofícios dos representantes diplomáticos na Legação brasileira em Buenos Aires e enviados à Secretaria de Negócios Estrangeiros na corte brasileira no Rio de Janeiro, em um período ainda pouco investigado pelos acadêmicos da área (o pós-Guerra do Paraguai), olhando-os a partir de uma nova abordagem, a metodologia da análise de cartas e dos relatos de viagem. Trata-se de dar um novo enfoque a estes documentos, não levando em conta apenas a veracidade dos acontecimentos noticiados e sim a representação que esses funcionários faziam do ambiente em que viviam, analisando a política doméstica e fazendo considerações enviesadas pelo pensamento característico do seu lugar de enunciação (a sociedade monárquica).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar estes diversos temas de forma conjunta ajuda a compreender e estudar como o Brasil se retratava e se comportava na região sul-americana, especialmente após a maior guerra ocorrida entre os países locais. Em uma região onde não existiam interesses em comum definidos entre as nações, havia um constante fluxo de hipóteses acerca de novos conflitos e, por consequência, prováveis alianças. O Brasil, desgastado da guerra e a fim de não inserir-se em futuros conflitos, procurou se manter distante da região – de modo a sequer participar de contra-alianças para não causar confusões. Tal fato pode ser percebido através da afirmação do Visconde do Uruguai ao declarar que a



política externa brasileira atuava de modo a projetar o país como hegemônico na região e, concomitantemente, a se afastar de seus vizinhos por julgar a si próprio como superior a tais (PRADO, 2001, p. 138).

Mediante ao apresentado, entende-se algumas importantes causas pelas quais o Brasil se posicionava (e ainda se posiciona) como divergente e proeminente em relação ao restante dos países latino-americanos. A historiografia produzida no país desenvolvia a ideia antagônica de que externamente, o Estado brasileiro era poderoso, forte e unido por ser monarquista – diferente dos demais, que eram republicanos. Assim sendo, o enunciado “O Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina” torna-se compreensível, uma vez que é possível assimilar que o país se encontra na região mas não se percebe como parte de tal – seja cultural ou politicamente (PRADO, 2001, p. 128).

Para mais, ao exibir como essa percepção costumava funcionar, através dos ofícios do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury, pode-se completar que o ideário brasileiro imperial monarquista permaneceu como algo intocável na essência nacional. No qual, mesmo após a fundação da república no país, persiste um sentimento comum de afastamento do restante dos países vizinhos. Diante disso, o poder que emanava das figuras relevantes na política afetava diretamente o senso público brasileiro, posto que estes possuíam o controle sobre as narrativas desenvolvidas em relação à própria sociedade.

Em suma, a não alteração substancial das relações diplomáticas com a América Latina depois da proclamação da República somada à acentuação de um sentimento anti-hispânico e à rivalidade do nós versus eles demonstra como as diferenças eram destacadas em detrimento às semelhanças no imaginário coletivo (PRADO, 2001, p. 146). Torna-se indispensável enunciar que acompanhar a formação do discurso político brasileiro, junto à relação do país com os demais da vizinhança, é essencial para entender a situação e política externa contemporânea do Brasil, sendo estas não tão distantes da discutida anteriormente. A imagem de uma “outra” América estabelecida no período colonial perdura até os dias de hoje e com ela uma visão de inferioridade, que leva à sua desvalorização tanto pela população brasileira quanto pelo governo – que apesar das tentativas, falha em promover políticas que visem uma verdadeira integração regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CORONATO, Daniel. O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança. *Diálogos*, v. 24, n. 3, 2020.



DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Gabriela Nunes. A nova política no Prata: da neutralidade à intervenção. In: **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador**. In: Mary Anne Junqueira e Stella Maris Scatena Franco(Org.). Cadernos de Seminário de Pesquisas Vol. II. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1987.

PASSETTI, Gabriel. Estando autorizado pelo Sr. Conselheiro Barão de Andrada: percursos e limitações da trajetória do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury em Buenos Aires (1876)1. **Diálogos**, v. 24, n. 3, 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, 2001.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, n. 153 v. 2, 2005.

SANTOS, Luis Claudio Villafañe. O caleidoscópio de alianças. In: **O Império e as repúblicas do Pacífico**: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba: EdUFPR, 2002.

VÁZQUEZ, Josefina Zoraida. Una difícil inserción en el concierto de las naciones. In: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord). **Inventando la nación**: iberoamerica, siglo XIX; Mexico: FCE, 2003.



A REPRESENTAÇÃO LATINO-AMERICANA E O *SOFT POWER* ESTADUNIDENSE ATRAVÉS DOS PALCOS DA BROADWAY

Manuella Assumpção Gonçalves Garcêz¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar as diferentes maneiras pelas quais a figura latino-americana já foi ou ainda é representada nos palcos da Broadway, o centro do teatro musical americano, entendendo como suas dramatizações podem influenciar e expandir convicções estadunidenses específicas. A forma como uma caracterização é feita pode ajudar a perpetuar estereótipos ou derrubar muros, remodelando visões ultrapassadas, valendo-se do conceito de soft power para tal. Com o intuito de entender como este mecanismo funciona, será analisada a caracterização de protagonistas latino-americanos em diferentes momentos temporais, através de uma comparação entre o musical *West Side Story* (1957) e *In The Heights* (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Broadway. América Latina. Soft Power. Representação. Estados Unidos.

ABSTRACT

This article aims to address the different ways in which the Latin American figure has been or still is represented on the stages of Broadway, the core of the American musical theatre, understanding how its dramatizations can influence and expand specific American convictions. The way characterization is done can help perpetuate stereotypes or break walls, remodelling outdated visions, using the concept of soft power to do so. In order to understand how this mechanism works, it will be analyzed the characterization of Latin American leads at different moments of time through a comparison between the musicals *West Side Story* (1957) and *In The Heights* (2008).

KEYWORDS: Broadway. Latin America. Soft Power. Representation. United States.

¹Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense.



INTRODUÇÃO

O Grande Caminho Branco: *The Great White Way*, no idioma original. Não surpreende que o apelido da Broadway, o centro teatral mais importante dos Estados Unidos, seja este. A alcunha nasceu ainda no século XIX, quando a região entre a Union Square e o Madison Square, em Manhattan, foi uma das primeiras a ter luz elétrica em todo o país. Em meados de 1880, a iluminação nos letreiros publicitários dos teatros era tão forte que começaram a chamar aquela parte da cidade de *the great white way* (RORKE, 2018). O nome tornou-se tão popular que ficou eternamente ligado ao distrito teatral, mesmo com a sua transferência para a região da Times Square anos depois.

Hoje podemos entender a alcunha de uma outra forma, como um caminho real e predominantemente formado por pessoas brancas, no qual o espaço para a diversidade é ínfimo. Este trabalho tem como missão entender como se dá a representatividade dentro dos musicais da Broadway, tendo como recorte específico a representação latino-americana. Para tal, utilizaremos duas produções muito bem-sucedidas, aclamadas pela crítica e pelo público e que falam sobre a comunidade latina: *West Side Story* e *In The Heights*. O primeiro estreou em 1957, sendo escrito por Arthur Laurents e composto por Stephen Sondheim, dois americanos, enquanto o segundo teve sua primeira apresentação nos grandes palcos da Broadway em 2008, com libreto de Quiara Alegria Hudes e composição de Lin-Manuel Miranda, ambos de família porto-riquenha.

Mesmo com sua similaridade no tocante à representação latina, o que as difere, e as faz contar histórias por pontos de vistas distintos, é que *West Side Story* foi escrito em uma visão estadunidense sobre a comunidade latina, enquanto *In The Heights* possuía pessoas com ascendência latina em sua equipe criativa. Esta diferença se torna crucial para entender as mensagens que ambas produções enviam a seus espectadores.

O teatro pode ser enxergado como forma de propagar ideias e visões de mundo, pois o que está sendo encenado em cima do palco é a visão do roteirista, do diretor, do coreógrafo e de toda equipe criativa sobre um evento, fato ou, neste caso, um grupo de pessoas. Muitas vezes, essa visão é consequência de um conceito pré-estabelecido na sociedade. No caso da Broadway, não é diferente, haja vista que ela se tornou um bem imaterial reconhecido como centro teatral mais importante do mundo. Devido a esta importância secular, hoje, podemos enxergar a Broadway, e as produções de sucesso que lá se encontram, como perpetuadoras do *soft power* estadunidense.



WEST SIDE STORY: A PRIMEIRA OPORTUNIDADE

Um garoto e uma garota se apaixonam, mas não podem ficar juntos por forças antagônicas maiores do que o amor que sentem um pelo outro. Essa é, em linhas gerais, a premissa de *West Side Story*. A história de amor entre o americano Tony e a porto-riquenha Maria traz a tensão da rivalidade entre duas gangues juvenis, os *Sharks* e os *Jets*. Na primeira, temos Bernardo, o irmão da protagonista, como líder da gangue que representa os porto-riquenhos, enquanto a segunda foi fundada por Tony e seu melhor amigo Riff e contém apenas garotos estadunidenses. Como pode-se perceber, *West Side Story* foi pensada desde o início para ser uma adaptação livre de *Romeu e Julieta* que se encaixasse na realidade vivida nos anos 1950.

Jerome Robbins foi o produtor com a ideia e, inicialmente, imaginou um conflito entre uma família católica e uma família judia do Lower East Side de Manhattan, em Nova York, e convidou o compositor Leonard Bernstein e o roteirista Arthur Laurents para participar do projeto. Todavia, durante o processo de criação perceberam que a peça era parecida demais com outro espetáculo já existente e, então, deixaram a história de lado. Em meados de 1955, Laurents e Bernstein voltaram a conversar sobre a possível produção e, ao perceberem que os maiores jornais da época estampavam em suas capas a violência entre gangues juvenis rivais, a dupla teve a ideia para um novo conflito-motor da história. Ao ouvir o conceito reformulado, Robbins concordou em dar continuidade ao projeto e logo Laurents convidou o letrista Stephen Sondheim para compor as canções. Com o quarteto formado, a versão de *West Side Story* que hoje é popular ganhou forma.

A inserção latina no musical foi reflexo da realidade nova-iorquina da época, em que a quantidade de imigrantes porto-riquenhos na cidade crescia bastante, uma consequência da *Operation Bootstrap*, implementada pelo governador Luiz Muñoz Marín em Porto Rico durante os anos 1940. O projeto tinha como objetivo industrializar a ilha, sendo bem-sucedido, mas, junto a isso, também causou uma das maiores migrações do país na época, tendo em vista que muitos trabalhadores foram prejudicados ao não receberem subsídios industriais (DELGADO, 2018).

A expansão porto-riquenha neste período pós-Segunda Guerra Mundial ficou conhecida como terceira fase da "Grande Migração", atingindo números elevados, com mais de 600 mil porto-riquenhos migrando para os Estados Unidos entre 1946 e 1964 (DELGADO, 2018). Junto a isso, cresceu também a discriminação já que, por serem considerados não-brancos e falarem outra língua, os novos imigrantes enfrentaram forte hostilidade e preconceito. Até mesmo cartazes eram postos na porta de bares ou restaurantes, com dizeres preconceituosos proibindo a entrada de cães, negros, e porto-riquenhos nos estabelecimentos (DAVINSON, 2010).



Estando em um período que não havia outras produções de sucesso que colocassem latinos no centro do palco, *West Side Story* rapidamente se tornou um sucesso e foi considerada um marco para a comunidade – ainda que tenha sido escrito majoritariamente por quem não possuía vivências da cultura ali representada. Laurents, Robbins, Bernstein e Sondheim eram judeus-americanos e quase nada entendiam da realidade, maneiras de se portar e história de quem eles mostravam no palco, o que foi refletido em certas decisões criativas.

A primeira música do espetáculo exemplifica isso. A *Jet Song* é cantada pelos membros da gangue dos *Jets*, em uma exaltação a quem eles são e como eles são melhores que seus rivais. Em uma das estrofes, todos cantam “The Jets are in gear / Our cylinders are clickin’! / The Sharks’ll steer clear / ‘Cause ev’ry Puerto Rican / ‘S a lousy chicken!”²e, mais ao final da música, há versos que dizem “We’re hangin’ a sign / Says ‘Visitors Forbidden’ / And we ain’t kiddin’!”³(BERNSTEIN et al., 1966, p. 11).

Tais versos podem ser entendidos como licença poética do letrista para demonstrar a rivalidade entre as gangues, deixando nítido desde o início do espetáculo como um se sente sobre o outro, usando comparações preconceituosas justamente para demonstrar o preconceito dos personagens. A problemática está no fato de os rivais porto-riquenhos não terem a chance de cantar uma música que exalte a vida dos *Sharks*, como eles se sentem perante a hostilidade dos *Jets* e como é a rivalidade pelo seu ponto de vista. Não lhes é dada a oportunidade de mostrar sua voz ou externalizar seus pensamentos, então o espectador fica somente com um ponto de vista da história e tendo que levá-lo como absoluto, devido à inexistência de mais informações para escolher um lado favorito.

Os membros dos *Sharks* não têm oportunidade de cantar de fato até a cena de *Tonight (ensemble)*, que é a décima música da peça. Sobre isso, há, ainda, outra problemática:

Puerto Ricans are set up as dangerous rivals to the Jets from the beginning. The very name of the Puerto Rican gang, the Sharks, highlights both their difference and danger. As compared to the Jets, the Puerto Ricans have a bite that carries “implications of cannibalism and of sharks’ horrifying ferocity. For this reason, sharks are used as a metaphor to denominate the immigrant Latino otherness coming from the Caribbean.”⁴(SANDOVAL-SANCHEZ, 1999 apud WOLLER, 2010, p.68)

2 “Os *Jets* estão em marcha / Nossos cilindros estão estalando / Os *Sharks* vão ficar longe / Porque todo porto-riquenho / É uma galinha berrante”

3 “Estamos pendurando um cartaz / Que diz “Proibido visitantes” / E não estamos brincando!”

4 Porto-riquenhos são caracterizados como os perigosos rivais dos *Jets* desde o começo. O próprio nome da gangue porto-riquenha, os Tubarões, destaca tanto sua diferença quanto perigo. Quando comparado aos *Jets*, os porto-riquenhos têm algo que carrega “implicações de canibalismo e a assustadora ferocidade dos tubarões”. Por esta razão, tubarões são usados como uma metáfora para denominar os outros imigrantes latinos que vêm do Caribe”.



A história contada apenas por uma visão que beneficie os Estados Unidos e seus nacionais não está limitada a esta música. Na canção *America*, temos a discussão entre as personagens Rosalía e Anita, onde a primeira canta seu amor pelo país natal, Porto Rico, dizendo que sente falta de como as coisas eram e que gostaria de voltar. Ao ouvir isso, Anita, com apoio de suas amigas, começa a debochar de Rosalía e elencar características ruins da ilha, pondo em comparação com os Estados Unidos, fazendo uma exaltação ao sonho americano.

Rosalía começa com detalhes positivos sobre o lugar em que nasceu nos versos “Puerto Rico / You lovely island. / Island of tropical breezes / Always the pineapples growing / Always the coffee blossoms blowing”⁵ e quando Anita acompanha a melodia, traz uma visão negativa: “Puerto Rico / You ugly island./ Island of tropic diseases / Always the hurricanes blowing / Always the population growing / And the money owing / And the babies crying / And the bullets flying”⁶ (BERNSTEIN et al., 1966, p. 42-43).

O verso “Island of tropic diseases”, inclusive, recebeu inúmeras críticas de portoriquenhos que classificaram a fala como negativa e perpetuadora de uma falsa imagem da ilha. Howard Rusk (1957), três dias após a noite de abertura de *West Side Story* na Broadway, afirmou que a ilha, naquela época, havia reduzido drasticamente os casos de malária, febre amarela e cólera, não apresentando mais problemas significativos em relação a doenças provenientes de seu clima tropical.

Outra estrofe é fundamental para compreender a visão colocada dentro da peça, mostrando os Estados Unidos como um país forte, no qual as expectativas de uma melhora de vida serão alcançadas, junto com uma ascensão social. Em “Immigrant goes to America / Many hellos in America”⁷ (BERNSTEIN et al., 1966, p. 44) entende-se que a migração é feita para alcançar oportunidades melhores, porém ao compararmos as letras com a realidade da época, observamos uma diferença considerável entre o que está escrito e o que acontece. No pós-Segunda Guerra Mundial, quando imigrantes porto-riquenhos nos Estados Unidos conseguiam um novo emprego, eles normalmente eram de baixa remuneração, nos setores de serviço e agricultura, exercendo o papel de mão de obra intensiva nas indústrias manufatureiras (MELÉNDEZ, 2017), muitas vezes apenas dando continuidade a trabalhos que já faziam na ilha.

Somado à falta de representação latina na elaboração da criativa da peça, também houve um vazio de representatividade em cima dos palcos. Dentre os personagens principais que possuíam ascendência porto-riquenha (Maria, Bernardo e Anita) apenas Anita foi interpretada por uma atriz ligada à comunidade latina. Chita Rivera era filha de um imigrante porto-riquenho e, na

5 “Puerto Rico / Sua ilha adorável / Ilha de brisas tropicais / Sempre com os abacaxis crescendo / Sempre as flores de café soprando”

6 “Puerto Rico / Sua ilha horrorosa / Ilha de doenças tropicais / Sempre com os furacões soprando / Sempre com a população crescendo / E a dívida aumentando / E os bebês chorando / E as balas voando”

7 “Imigrantes vão para a América / Muitos olás na América”



produção, foi a única latino-americana a representar um papel de destaque. Os outros dois personagens foram representados por Carol Lawrence e Ken LeRoy, ambos nascidos nos Estados Unidos e sem nenhum tipo de relação com a comunidade latina. Lawrence, inclusive, era de família italiana.

Ao mesmo tempo que *West Side Story* condena a intolerância e traz uma história que propõe a união entre pessoas de diferentes etnias, o musical continuou a perpetuar estereótipos ao dar espaço para atores brancos interpretarem personagens latinos exagerando nos sotaques e usando maquiagem para escurecer a cor da pele. Entretanto, tendo em vista que grande parte dos seus problemas de representatividade e caracterização foram analisados e criticados anos depois da estreia na Broadway, a versão original foi um grande sucesso. Em sua temporada inicial, a produção fez 732 performances e se tornou o décimo oitavo musical mais longo do período de 1920 a 1950.

Mesmo com todos seus erros e interpretações equivocadas, *West Side Story* estabeleceu um parâmetro para contar histórias na Broadway, que não fossem apenas sobre pessoas brancas e suas vivências (CEREJIDO, MONTALVO, VIAGAS, 2018). A produção também é vista como grande porta de entrada para mais artistas latinos no teatro, especialmente no teatro musical, tornando-se dramaturgos, compositores, letristas e atores.

IN THE HEIGHTS: ESSE É NOSSO LUGAR

Quando Lin-Manuel Miranda pensou em escrever um musical que contasse sobre a vivência latina, ele não imaginava que a história fosse se tornar tão grandiosa como se tornou. Ele apenas queria colocar sua vivência em foco, contando uma história ambientada nos dias atuais e que pudesse se ver representado nela.

Após o sucesso de *West Side Story*, poucos personagens latinos tiveram espaço nos palcos. Em *A Chorus Line*, de 1975, Paul San Marco e Diana Morales eram dois amigos bailarinos de ascendência porto-riquenha que tentavam uma vaga no coro de um novo musical. Também teve *Evita*, um sucesso tanto em sua temporada em Londres em 1978 quanto em Nova York um ano depois, contando a história da atriz e líder política argentina Evita Perón. Mas nenhum deles trazia uma essência verdadeiramente latina, eram apenas novas peças que mantinham o padrão de histórias contadas pela visão da Broadway, seguindo um caminho seguro e que era certo que atrairia o público tradicional dos teatros.

O cenário da representatividade começou a mudar apenas nos final dos anos 1990 com o musical *RENT*, escrito e composto por Jonathan Larson, e que tem como protagonistas um grupo de jovens artistas tentando sobreviver em Manhattan. A peça traz à tona assuntos como a epidemia de AIDS/HIV e representatividade LGBT, além de ter uma personagem hispano-americana entre os principais. Ainda, ainda era pouco.



Foi pensando em mudar essa realidade que, enquanto ainda era um universitário, Miranda escreveu os primeiros rascunhos de *In The Heights*. Em abril de 2000, a peça chamou a atenção de produtores que tinham assistido às apresentações do musical no meio acadêmico. A partir de então, surgiram conversas sobre levar a produção para os grandes palcos da Broadway, que se metamorfosearam em trabalho de reescritura da peça, contando com a ajuda de Quiara A. Hudes para transformá-la no que é hoje. Oito anos depois, *In The Heights* finalmente teve seu nome colocado na marquise de um teatro da Broadway.

Com influências musicais latino-americanas, do hip-hop e do que há de mais clássico no teatro musical, o musical estreou no Teatro Richard Rodgers em março de 2008, trazendo uma história centrada na comunidade latina do bairro de Washington Heights, mostrando seus costumes, desejos e aspirações. Os personagens têm seus próprios dilemas pessoais aprofundados ao longo da produção, mas todos são motivados por seus sonhos, estando sempre criando maneiras de alcançá-los ou apenas mantê-los vivos. Usnavi sonha em voltar para a República Dominicana, seu país de origem, Vanessa sonha em se mudar de Washington Heights, Benny quer se tornar um grande empresário e Nina quer entender quem ela é e encontrar uma maneira de terminar seus estudos na faculdade.

In The Heights foi o primeiro musical da Broadway moderna a colocar as luzes na "latinidade" de uma forma que não fosse caricata. Isto é consequência de uma equipe criativa formada, majoritariamente, por pessoas de ascendência latina, que entendiam suas dores, anseios, tradições e formas de ver o mundo. Ao escrever, Lin-Manuel e Quiara conseguiram criar uma história com figuras honestas que traziam a representatividade que os palcos do teatro musical tanto ansiavam. Um dos atores da peça, Robin de Jesús, afirmou no documentário *In The Heights: Chasing Broadway Dreams* (2009) que seu personagem Sonny foi o primeiro que ele fazia e não tinha ligação com gangues, tráfico de drogas e nem que precisava carregar uma arma. Era apenas uma pessoa normal de origem hispânica.

A produção conseguiu trazer autenticidade em suas letras, melodia e roteiro, tendo sido aclamado pelos críticos por isto. O uso de palavras ou frases em espanhol ajudou a manter a veracidade da história e também funcionou como demarcação de um território, frisando que aquela história era latina, contada por latinos e teria partes no idioma falado na maioria dos países da América Latina. Na cena *Carnaval Del Barrio*, os personagens cantam estrofes inteiras em espanhol, como "Pa'rriba esa bandera! / Álzala donde quiera! / Recuerdo de mi tierra / Me acuerdo de mi tierra / Esa bonita bandera! / Contiene mi alma entera! / Y cuando yo me muera / Entiérrame en mi tierra!"⁸(MIRANDA, HUDES, 2013).

⁸"Pra cima esta bandeira / Levante aonde quiserem / Lembro da minha terra / Me lembro da minha terra / Essa bonita bandeira! / Contém minha alma inteira / E quando eu morrer / Me enterrem na minha terra"



A promessa de dar visibilidade a quem a história estava retratando foi cumprida durante a escolha do elenco. Com exceção de Benny, todos os personagens da peça possuem ascendência ou nacionalidade latino-americana e, por isso, os atores escalados para a montagem original também tinham esta característica: Karen Olivo (Vanessa) é filha de pai porto-riquenho, Mandy Gonzalez (Nina) tem ascendência mexicana, Olga Merediz (*Abuela Claudia*) nasceu em Cuba e Andréa Burns (Daniela) tem mãe venezuelana.

Essa representatividade agradou audiências latinas, pois mostrava um empenho da produção com representatividade e fidelidade às suas raízes, sendo um dos principais pontos acerca do musical. E, devido a sua importância, foi criticado quando, em dezembro de 2009, o ator Corbin Bleu foi anunciado como o novo protagonista. Ao contrário de seus colegas de elenco, ele não possuía ascendência latino-americana, sendo de família italiana-jamaicana, o que gerou debates se uma pessoa não-latina deveria interpretar o papel do jovem dominicano.

Perante críticas e infundáveis discussões, Miranda, na posição de criador do show, elaborou uma rima em resposta dizendo que todos na peça eram de diferentes lugares, que a etnia era apenas um fator e que ele mesmo não era dominicano, mas interpretou um personagem que era (BWW NEWS DESK, 2009). A explicação foge das temáticas e bandeiras levantadas na criação do musical, dando margem ao pensamento que, naquele momento, a questão étnica foi preterida depois de quase dois anos de apresentações para dar espaço a ator não-latino que traria visibilidade para a peça.

Por se tratar de um grupo muito específico, os produtores de *In The Heights* tinham receio de como seria a recepção do show, pois, historicamente, produções que traziam para o centro o que estava na periferia costumavam ter uma vida curta. O musical *The Capeman* é um exemplo claro. A peça era baseada na vida de Salvador Agrón, um garoto porto-riquenho, membro de uma gangue, crescido em Nova York e que precisou lidar com abusos na juventude, sendo preso pela morte de dois adolescentes. Mesmo com história, letras e músicas de Paul Simon, dezesseis vezes vencedor do prêmio Grammy, e tendo o cantor Marc Anthony dividindo o papel principal com o também cantor Ruben Blades, o musical foi um fracasso. *In The Heights*, assim como *The Capeman*, era focado em uma minoria, mas, diferente de seu antecessor, não tinha nenhum ator renomado no elenco para atrair o público.

Elizabeth T. Craft (2011) afirma que com um compositor, autora e elenco latinos, o pano de fundo de uma comunidade de imigrantes e o uso de estilos musicais latinos e espanhóis, *In The Heights* enfrentaria muitas dificuldades para conseguir se manter de pé. Era difícil imaginar, ainda, que as pessoas para quem a produção era destinada fossem assistir. A audiência tradicional na temporada anterior à estreia do musical era composta 75% por caucasianos, em uma pesquisa cujas opções de etnia ainda eram negros, asiáticos, hispânico e outros (HAUSER, 2009). Perante os números, era previsto que o musical de



Miranda não teria um apelo muito grande diante do demográfico tradicional nos teatros. Todavia, as previsões mostraram-se erradas:

Increasing recognition and embrace of multiculturalism accompanied shifting demographics, with a growing Latino population, in New York City and the United States as a whole. Barack Obama's presidential campaign both benefited from and propelled these currents, literally putting a face on the idea of a more progressive and diverse America.⁹ (CRAFT, 2011, p. 53)

A atmosfera política dos Estados Unidos em 2008 era de mudança, com Barack Obama sendo um símbolo para um país mais progressista. A história pessoal de Obama com o pai negro junto à uma mãe branca e o padrasto de origem asiática davam ao então candidato status de unificador, alguém que transporia barreiras raciais e conseguiria união ao redor de uma ideia. Richard Zogli (2008), jornalista da revista *Time*, escreveu que *In The Heights* marcava uma mudança na Broadway e poderia, até, ser considerado o primeiro musical da era Obama, representando o novo e fazendo as pessoas acreditando que sim, elas podem — em analogia ao slogan “Yes, we can” do período eleitoral.

Contrariando os medos iniciais, *In The Heights* mudou a característica dos espectadores da Broadway. No relatório com as informações sobre a temporada de 2008-2009, a *Broadway League* mostrou que a temporada em questão atraiu o maior número de espectadores não-caucasianos e que o grupo de hispânicos saltou de 5,7%, entre 2007-2008, para 8,6% na temporada seguinte (HAUSER, 2009). O sucesso de público e de crítica levou a produção a ganhar diversas premiações, incluindo o prêmio Tony de Melhor Musical, Melhor Trilha Sonora, Melhor Coreografia e Melhor Orquestração. *In The Heights* também recebeu o prêmio Grammy de Melhor Álbum de Musical em 2008 e teve uma turnê que rodou os Estados Unidos por três anos, além de ter sido encenado em mais de dez países, como no Japão, Filipinas, Panamá, Alemanha e Brasil.

Assim como *West Side Story*, e quase todos grandes musicais de palco, *In The Heights* vai ganhar uma versão cinematográfica, com estreia mundial prevista para 2021. Intitulado no Brasil “Em Um Bairro de Nova York”, o filme continua a cumprir sua ideia de origem ao trazer um elenco composto majoritariamente por atores latinos, como Anthony Ramos, Melissa Barrera, Leslie Grace, Marc Anthony, Daphne Rubin-Vega e Olga Merediz.

⁹“O crescente reconhecimento e aceitação do multiculturalismo acompanhou a mudança das demografias, com uma população latina em crescimento, em Nova York e nos Estados Unidos como um todo. A campanha presidencial de Barack Obama se beneficiou e impulsionou essas correntes, colocando literalmente um rosto na ideia de uma América mais progressista e diversificada”.



A REPRESENTATIVIDADE NA BROADWAY

Ainda que vendido como um espaço seguro para contar diferentes histórias, é difícil enxergar a diversidade dentro do teatro musical americano, pois ele continua a ter predominância de enredos com visões, e elencos, estadunidenses. Porém, diferentes personalidades latino-americanas deixaram sua marca na Broadway ainda em meados do século XX.

Nos chamados “musicais latinos”, grandes nomes como Desi Arnaz e Carmen Miranda eram colocados como protagonistas em produções muito bem executadas. Eles, porém, tinham que representar o estereótipo latino clássico, com sotaques exagerados, fantasias espalhafatosas e performances engraçadas (WOLLER, 2010), além de se valerem de danças sensuais para os membros da audiência. Tal retrato da mulher latina é comum não apenas no teatro, mas em diferentes mídias, constantemente pintando-as com um apetite sexual exagerado e envolvidas em situações que remetem ao sexo (RIVAS, 2017). Em *West Side Story*, isto é visto na cena *Tonight (Quintet and Chorus)*. Ao passo que os *Jets* e os *Sharks* cantam sobre a briga marcada entre eles e Tony e Maria cantam sobre a vontade de se encontrarem, Anita ganha uma estrofe que apenas ratifica estereótipos: “Anita’s gonna get her kicks / Tonight. / We’ll have our private little mix / Tonight. / He’ll walk in hot and tired, / So what? / Don’t matter if he’s tired, / As long as he’s hot”¹⁰ (BERNSTEIN et al., 1966, p. 70)

A representatividade na Broadway não se limita apenas às histórias que tenham personagens latinos, até porque, se assim fosse, seria um escopo limitado. A demografia de quem está nos palcos e faz os espetáculos acontecerem em oito shows por semana, seja interpretando um personagem que se assemelhe ao ator ou não, também é uma forma de representatividade, especialmente quando ocupa um espaço que outrora era apenas de artistas brancos e anglo-saxões. Todavia, a indústria do teatro não costuma manter dados sobre raças e etnias de seus atores. Ainda que a *Broadway League*, associação nacional da indústria do teatro da Broadway, publique anualmente dados sobre a bilheteria e informações sobre o perfil do público que enche as plateias, não há detalhes sobre aqueles que se apresentam. Em face desse vazio, Pun Bandhu, um grupo de amigos e formou a AAPAC: *Asian American Performers Action Coalition*.¹¹

Seu principal ponto de ação é entender e averiguar dados demográficos, no âmbito racial, dentro da indústria do teatro, publicando relatórios anuais sobre a temporada prévia na Broadway. No último relatório publicado, que data a temporada de 2016-2017, mostra que apenas 29% dos papéis disponíveis na Broadway foram assumidos por atores que fazem parte de grupos minoritários

¹⁰“Anita vai se divertir / Essa noite / Nos vamos ter nosso encontro privado / Essa noite / Ele vai entrar indo e cansado / E daí? / Não importa se ele estiver cansado / Contanto que esteja lindo”

¹¹Coalizão de Ação de Artistas Asiáticos-Americanos



(THE ASIAN AMERICAN PERFORMERS ACTION COALITION, 2019). Tal número contrasta com o apresentado na temporada anterior, quando a representatividade de grupos minoritários havia chegado a 36%, sendo considerado um recorde de diversidade na Broadway. Em um recorte mais profundo, mesmo documento mostra que apenas 2,9% dos atores eram de ascendência latina (THE ASIAN AMERICAN PERFORMERS ACTION COALITION, 2018).

Normalmente, artistas de ascendência latina são limitados a papéis escritos especificamente para eles, em enredos em que haja personagens que vieram de algum país da América Latina. Enquanto alguns podem pensar que tal linha de raciocínio é desagradável, pois limita os atores, há também a percepção de que seguir por este caminho seja interessante. Ter mais histórias contadas exclusivamente por pontos de vista diferentes daqueles que há anos preenche os teatros é uma forma muito eficaz de manter a diversidade e fazer a Broadway continuar se atualizando com as realidades e necessidades do mundo atual.

Ainda que alguns produtores tenham receio de apostar em peças focadas em um grupo social, por acreditarem que são de nicho e, por isso, difíceis de vender ao público geral, o sucesso de *In The Heights* faz este pensamento ser posto à prova ao ser um musical escrito por porto-riquenhos, sobre uma comunidade latina, protagonizado por atores que possuíam ascendência latino-americana e que foi um sucesso de bilheteria. Existe, hoje, um clamor por peças, filmes ou séries com temáticas latino-americanas porque o que esta audiência quer é se enxergar naquelas produções, buscando incessantemente uma representatividade.

O SOFT POWER ESTADUNIDENSE

Dentro das Relações Internacionais, há a ideia de que um ator político pode atrair e convencer outros atores a quererem ou acreditarem no mesmo que eles sem utilizar da coerção ou de forças militares, fazendo uso apenas de elementos culturais ou ideológicos. Esse conceito chama-se *soft power* e foi cunhado por Joseph Nye, fazendo oposição ao *hard power*. Enquanto este último se relaciona ao uso de recursos militares e sanções econômicas como forma de projeção de poder, o *soft power* opta pela cooptação à coerção (NYE, 2004).

Nye (2004) divide o conceito em três diferentes recursos: a cultura, política externa e valores políticos de um país. O primeiro diz respeito ao uso da cultura em países onde seus valores serão atrativos e funciona melhor quando as políticas e a visão passada tendem à universalidade, com ideias compartilhadas por formarem laços de atração via um sentimento de familiaridade. Já a política externa funciona como meio de *soft power* quando o ator consegue se projetar como autoridade moral e legítima, encarada pelo sistema internacional como algo a ser respeitado. Se o poder de um país é visto como legítimo, há menos chance de uma resistência global àquilo que será proposto e “if a country’s



culture and ideology are attractive, others more willingly follows”¹² (NYE, 2004, p. 10). No tangente aos valores políticos, eles se relacionam acerca do que lhes compete tanto no seu próprio país quanto no exterior, especialmente através de medidas como a diplomacia pública ou a diplomacia bilateral e multilateral. É importante levar esta parte em consideração haja vista que políticas restritas a interesses internos, arrogantes ou hipócritas podem atrapalhar ganhos no *soft power* (NYE, 2004).

Neste contexto, um dos principais utilizadores do *soft power* são os próprios Estados Unidos, sendo poderosos por conseguirem “inspire the dreams and desires of others, thanks to the mastery of global images through films and television [...]”¹³ (VEDRINE, MOISI, 2001 apud NYE, 2004). E é justamente por este domínio global, utilizando o entretenimento de forma comercial, que o país consegue transmitir seus valores de liberdade, individualismo, pluralidade e mobilidade.

O ideário do *American way of life* foi difundido pelo globo após as duas guerras mundiais como a melhor forma de viver sua vida, ainda que você não fosse um cidadão americano. Dentro da “forma americana de se viver”, tinha-se o apelo às artes, transformando a Broadway em um mecanismo de *soft power*, sendo um forte marco cultural nos Estados Unidos com ostensivo prestígio. Junto a isso, também temos o fato de a arte e a indústria cultural serem elementos centrais para a construção do poder de grandes potências dentro do sistema internacional (ZAMORANO, 2016), difundindo estereótipos sobre outros grupos e visões de mundo que se tornam parte do senso comum.

Ocupando a posição de maior economia do mundo e, conseqüentemente, de país mais poderoso (MOST POWERFUL COUNTRIES, 2020), os Estados Unidos transmitem suas crenças com facilidade, sendo ouvidos e recebendo atenção a cada vez que discursam. Gulati-Partee e Potapchuk (2014) afirmam que a maioria das instituições do país abraçam formas de funcionamento e padrões comportamentais inquestionáveis e dominantes, definindo o que é “normal”, “profissional” e, até mesmo, o que é “bom”. Isto já é intrínseco a eles, considerando tudo que foge dos seus padrões tradicionais como negativo ou inferior. Dessa forma, a correlação entre latinos e adjetivos pejorativos é um reflexo da percepção estadunidense sobre a comunidade latina.

Ao longo dos anos, com a manutenção dessa crença, esta visão corrompida tornou-se argumento para justificar agressões e humilhações diárias. Produções musicais como os “musicais latinos” citados anteriormente, trouxeram consigo, junto ao sucesso, mais motivos para ofensas. Ao participar do musical *Sons n’ Fun* em 1941, Carmen Miranda possuía o solo *Manuelo*, canção cuja letra trazia, de forma debochada, sons, a imitação do sotaque que estrangeiros, principalmente vindo dos países da América Latina, tinham quando falavam inglês.

¹²“Se a cultura e ideologia de um país forem atrativas, os outros estarão mais dispostos a seguir”

¹³“Inspira os sonhos e desejos dos outros, graças ao domínio de imagens globais através de filmes e televisão [...]”



É notável o significado de uma mulher que representava o Brasil subir ao palco de um dos maiores teatros de Nova York e ser a personificação da “latina que não sabe falar um novo idioma”, e taxada como menor do que quem fala a língua fluente. Esta era uma clara demonstração de poder, com um discurso específico sobre o indivíduo latino, no caso, ser menos inteligente, era difundido por quem, supostamente, era “superior” a ele.

Analisemos o caso da canção *America*, de volta à *West Side Story*. Ela transmite a ideia do *American way of life*, usando os interlocutores latinos para dar maior credibilidade a aquilo que está sendo dito. Os versos cantados em uníssono por Anita e suas amigas, que assumem o papel de defensoras do estilo de vida estadunidense, afirmam que a vida nos Estados Unidos é melhor pois ali elas possuem confortos, pisos que cobrem toda a parede e maçanetas em suas portas, detalhes que, ao que parece, não tinham em Porto Rico. Além disso, também afirmam que a vida oferecida ali é tão superior à que possuíam em seu país natal, que chegará um dia em que todos já terão se mudado para lá (BERNSTEIN et al., 1966, p. 44-45).

O uso do entretenimento para promover a superioridade é uso clássico do *soft power*, podendo ser encaixado dentro da subcategoria de “cultura” de Nye. Utilizar a Broadway para difundir pontos de vista é algo inteligente já que os musicais ali encenados “tornaram-se formas enormemente influentes da cultura americana” (SHEFTER, 1993, p.10).

Um outro exemplo do teatro como *soft power* é a visita de Lin-Manuel Miranda à Casa Branca em 2009, um ano após a estreia de *In The Heights*. Ele foi convidado para participar do evento *An Evening of Poetry, Music and The Spoken Word*, oferecido pelo então presidente Barack Obama e a primeira-dama Michelle Obama. A ideia da cerimônia era, de acordo com o site oficial da Casa Branca, mostrar como o diálogo era importante para eles como estadunidenses e seres humanos (LEE, 2009). A mensagem que se queria passar reforçava a noção de que o governo Obama daria espaço e ouviria quem, na maior parte do tempo, não possuía o microfone. Com a participação de Miranda, Obama reforçava seu projeto político de aproximação às minorias, dando-lhes, de maneira literal, voz e chances de ocupar os holofotes e falarem sobre suas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos concluir que a figura latino-americana se transmutou positivamente ao longo dos anos em que foi representada nos palcos da Broadway. Se no início do século XX tínhamos personagens cujas características resumiam-se em rótulos negativos, como Bernardo, o líder violento em uma gangue, ou Anita, a mulher extremamente sexy e feroz, hoje já existem produções



em que seus personagens latinos possuem maior profundidade, com narrativas e desejos próprios, como Nina e seu sonho de se formar na faculdade ou Vanessa e sua vontade de se mudança em sua vida, em *In The Heights*.

As novas formas de representar a comunidade latina não limitam sua influência às horas de espetáculo, ultrapassando as portas dos teatros e, também, fronteiras territoriais. Os ideais e as visões ali apresentados são popularizados pelo globo, transmitindo mensagens e formas de verdade para outros grupos de pessoas. Este *soft power*, no passado, ajudou a perpetuar no imaginário mundial a visão dos homens latinos como pessoas perigosas e das mulheres como objetos sexuais.

Hoje, porém, a cultura latina é vista e considerada como memorável, tendo extrema influência positiva nos países não-latinos. A popularização do ritmo reggaeton, a produção de filmes multipremiados sobre histórias latino-americanas, como a animação *Viva – A Vida é Uma Festa*, vencedora de dois Oscars, ou *Roma*, o também premiado drama mexicano de Alfonso Cuarón.

O caminho, mesmo que tortuoso, aberto por *West Side Story* e cimentado por *In The Heights* resultou em uma chance de produzirem novos musicais com protagonismo latino, dando, hoje, uma caracterização positiva à eles. E isto, conseqüentemente, auxilia na mudança, e manutenção desta mudança, na forma como pessoas latino-americanas são vistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNSTEIN, L. et al. **West Side Story: A Musical**. 10 ed. Nova York: Random House, 1966.

BWW NEWS DESK. **Lin Manuel Miranda rhymes his Corbin Bleu endorsement on BWW's message boards**. Broadway World. 2009. Disponível em: <https://www.broadwayworld.com/article/LinManuel-Miranda-Rhymes-His-Corbin-Bleu-Endorsement-on-BWWs-Message-Boards-20091209>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

CEREJIDO, A.; MONTALVO, J; VIAGAS, R. **The Breakdown: A Tale of Two Musicals**. 2018. Pod-cast. Disponível em: <https://www.latinousa.org/2018/09/21/twomusicals/>. Acesso em: 29 de março de 2020.

CRAFT, E. T. "Is this what it takes just to make it to Broadway?!": Marketing In the Heights in the twenty-first century. **Studies in Musical Theatre**, v. 5, n. 1, p. 49-69, 2011.



DELGADO, T. The Great Puerto Rican Migration—and West Side Story. **Lyric Opera of Kansas City**. 2018. Blog. Disponível em: <https://kcopera.org/the-great-puerto-rican-migration-and-west-side-story/>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

DAVINSON, P. Lolita Lebrón: Puerto Rican nationalist who launched an armed attack on the US House of Representatives. **The Independent**. Londres, 5 de agosto de 2010. Obituaries. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/obituaries/lolita-lebr243n-puerto-rican-nationalist-who-launched-an-armed-attack-on-the-us-house-of-2043382.html>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

GULATI-PARTEE, G.; POTAPCHUK, M. Paying Attention to White Culture and Privilege: A Missing Link to Advancing Racial Equity. **The Foundation Review**, Allendale Charter Township, v. 6, n. 1, p. 25-38, 2014.

HAUSER, K. **The Demographics of the Broadway Audience**: 2008–2009, Nova York: The Broadway League, setembro de 2009.

IN THE HEIGHTS: CHASING BROADWAY DREAMS. **Great Performances**. Nova York, PBS, 27 de maio de 2009. Programa de TV.

LEE, J. Poetry, Music and Spoken Word. **The White House**. Washington, DC., 12 de maio de 2009. Disponível em <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2009/05/12/poetry-music-and-spoken-word>. Acesso: 14 de maio de 2020.

MELÉNDEZ, E. **Sponsored Migration**: The State and Puerto Rican Postwar Migration to the United States. Columbus: Ohio State University Press, 2017.

MIRANDA, Lin-Manuel; HUDES, Quiara. A. **In The Heights**: The Complete Book and Lyrics of the Broadway Musical. Montclair: Applause Theatre & Cinema Books, 2013.

MOST POWERFUL COUNTRIES. **US News**. 2020. Disponível em <https://www.usnews.com/news/best-countries/power-rankings>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

NYE, Joseph S. **Soft Power**: The Means to Success in World Politics. Nova York: PublicAffairs, 2004

RIVAS, A. E. Q.; SAENZ, B. Pop Goes La Cultura: American Pop Culture's Perpetuation of Latino Paradigms and Stereotypes. **Ursidae**: The Undergraduate Research Journal at the University of Northern Colorado. Greeley, v. 6, n. 3, p. 1-22, 2017.



RORKE, Robert. How Broadway got the nickname 'The Great White Way' in 1880. **New York Post**. Nova York, 6 de julho de 2018, Entertainment. Disponível em <https://nypost.com/2018/07/06/how-broadway-got-the-nickname-the-great-white-way-in-1880/>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

RUSK, H. A. The Facts Don't Rhyme; An Analysis of Irony in Lyrics Linking Puerto Rico's Breezes to Tropic Diseases. **The New York Times**. Nova York, 29 de set. de 1957, p. 83.

SHEFTER, Martin. **Capital of the American Century**: The National and International Influence of New York City. Nova York: Russel Sage Foundation, 1993

THE ASIAN AMERICAN PERFORMES ACTION COALITION. **Ethnic Representation On New York City Stages**: 2015-2016. Nova York, janeiro de 2018. Disponível em: http://www.aapacnyc.org/uploads/1/1/9/4/11949532/aapac_2015-2016_10year_report.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2020.

THE ASIAN AMERICAN PERFORMES ACTION COALITION.: 2016-2017. Nova York, março de 2019. Disponível em: http://www.aapacnyc.org/uploads/1/1/9/4/11949532/aapac_2016-2017_report.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2020.

WOLLER, M. B. **A Place For West Side Story (1961)**: Gender, Race, And Tragedy In Hollywood's Adaptation. 2010. 112f. Tese de Mestrado - Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 2010.

ZAMORANO, M. M. Reframing Cultural Diplomacy: The Instrumentalization of Culture under the Soft Power Theory. **Culture Unbound**, Linköping, v. 8, n. 2, p. 165-186, 2016.

ZOGLIN, R. Life After RENT. **Time**. Nova York, 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,1718572-1,00.html>. Acesso em: 07 de maio de 2020.



O PAPEL DA POLÍTICA FISCAL NA DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DO BRASIL, MÉXICO E URUGUAI

EL PAPEL DE LA POLÍTICA FISCAL EN LA DISMINUCIÓN DE LA DESIGUALDAD EN LATINOAMÉRICA: LOS CASOS DE BRASIL, MÉXICO Y URUGUAY

Raíssa Curto Tochetto¹

RESUMO

A América Latina vivenciou nas últimas décadas uma grande tendência de queda na desigualdade de renda, a partir de um consistente crescimento econômico e da adoção de políticas de distribuição de renda. Entretanto, ao analisarmos a distribuição de renda pelo topo da concentração, essa tendência de queda não se mantém e varia nos países da região. Dessa maneira, à luz da literatura recente sobre combate à desigualdade, buscamos entender o papel da política fiscal tributária na desigualdade latino-americana nas primeiras décadas do século XXI, através da comparação dos casos do Brasil, México e Uruguai quanto a políticas de distribuição de renda e políticas tributárias. Enquanto todos os casos apresentam políticas de distribuição de renda similares, as políticas fiscais variam. Brasil apresenta uma política tributária regressiva e estabilidade na distribuição de renda; o México implementou políticas variadas e não apresenta tendência clara quanto à mudança na desigualdade; e o Uruguai fez uma reforma fiscal progressiva e apresenta leve tendência de queda nos níveis de desigualdade. Entendemos então que, mesmo não sendo fator determinante na diminuição da desigualdade, a política tributária progressiva tem um papel importante no combate à concentração excessiva de renda.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Desigualdade de Renda. Distribuição de Renda. Política Fiscal. Reforma Tributária.

RESUMEN

La América Latina ha vivido en las últimas décadas una gran tendencia de disminución de la desigualdad de renta, a partir de un consistente crecimiento económico y de la adopción de políticas de distribución de renta. Entretanto,

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB)



si analizarnos la distribución de renta por el topo de la concentración, esa tendencia de disminución no se mantiene y varía en los países de la región. De esa manera, de acuerdo con la literatura reciente sobre el combate a la desigualdad, buscamos entender el papel de la políticas fiscal tributaria en la desigualdad latinoamericana en las primeras décadas del siglo XXI, mediante la comparación entre los casos de Brasil, México y Uruguay cuanto a las políticas de distribución de renta y políticas tributarias. Mientras todos los casos presenten políticas de distribución de renta similares, las políticas fiscales varían: Brasil presenta una política tributaria regresiva y estabilidad en la distribución de renta; el México implementó políticas variadas y no presenta tendencia nítida cuanto al cambio en la desigualdad; y el Uruguay hizo una reforma fiscal progresiva y presenta una leve tendencia decreciente en los niveles de desigualdad. Considera, entonces, que aunque no sea factor determinante en la reducción de la desigualdad, la política tributaria progresiva tiene un papel importante en el combate contra la concentración excesiva de renta.

PALABRAS CLAVE: América Latina. Desigualdad de Renta. Distribución de Renta. Política Fiscal. Reforma Tributaria.

1. INTRODUÇÃO

A América Latina é reconhecidamente a região com a mais alta taxa de desigualdade no mundo. Entretanto, na virada do século, enquanto a desigualdade subia nos países desenvolvidos, a latino-americana, em geral, caiu consistentemente por mais de uma década. Os países da região vivenciaram uma inédita confluência de fatores políticos e econômicos que possibilitaram esse fenômeno: com um ambiente político estável e democrático e suas economias estáveis e crescentes, houve um investimento cada vez maior e mais institucionalizado em políticas sociais.

As políticas sociais adotadas e fortalecidas no período foram majoritariamente voltadas às populações mais empobrecidas dessas sociedades. Entretanto, em sociedades historicamente com graus muito elevados de desigualdade econômica e social, se faz especialmente necessário analisar não somente a desigualdade, como a concentração de riqueza. Nas últimas décadas houve muitos avanços nos métodos e ferramentas para análise e mensuração da desigualdade e concentração de riquezas. Nesse sentido, estudos que empregam esses métodos nos casos latino-americanos apontam que não só a concentração de renda na região é muito maior do que os métodos tradicionais percebem, mas a tendência de queda percebida não se mantém.

Tendo essa conjuntura em vista, cabe questionar, então, por que a desigualdade na América Latina não diminuiu na primeira década do século XXI, mesmo com a implementação de programas progressistas de combate à pobreza. A hipótese explorada nesse estudo é de que a desigualdade na América



Latina não apresenta a tendência clara de crescimento percebida através dos índices usuais, apesar da redução da pobreza, por causa da ênfase colocada nas políticas fiscais focadas no gasto social, com pouca atenção à vertente tributária e, assim, afetando pouco a concentração de renda. Por isto, pretende-se demonstrar que um sistema fiscal de caráter progressivo a ser associado com as políticas de distribuição de renda é essencial para o alcance de uma real diminuição na desigualdade. Propõe-se, a partir da análise de estudos sobre a concentração de renda na América Latina sob a perspectiva do topo da distribuição e sobre as reformas tributárias sofridas por esses países, entender a importância de um sistema fiscal progressivo na distribuição de renda, sem deixar de observar medidas de combate à extrema pobreza, em especial, programas de transferência de renda condicionada.

Assim, através da comparação de poucos casos representativos das configurações da região, pretende-se compreender por que a desigualdade na América Latina não diminuiu na primeira década do século XXI, mesmo com a implementação de programas progressistas de combate à pobreza. Os casos de Brasil, Uruguai e México foram escolhidos, tendo em vista a implementação de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTCs), existência e progressividade de reforma fiscal e diminuição da desigualdade econômica, ante a ótica do topo da distribuição de renda. Ainda, tendo em vista os objetivos traçados para esta pesquisa, considera-se que deve se analisar os casos de acordo com a progressividade de seu sistema fiscal e de possíveis reformas ocorridas no período e com a diminuição da desigualdade. A existência de programas de combate à pobreza – principalmente de PTCs e programas de fomento à saúde e educação – é, de acordo com a literatura revisada, essencial ao combate à desigualdade e deve ser, portanto, analisada nos estudos de caso.

2. DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Desde a virada do século se percebe na América Latina uma constante e considerável queda nos indicadores de desigualdade. A tendência percebida de queda nesses índices é, em geral, resultado de uma confluência de fatores políticos e econômicos, sinalizada principalmente pela ascensão de governos progressistas ao poder e de um importante ciclo positivo no preço das commodities. Lustig (et al., 2012, p. 2) demonstram que, dentre os fatores reconhecidamente mais importantes que contribuíram para essa queda da desigualdade na América Latina, a diminuição significativa no skill premia nas rendas de trabalho, ou seja, a diferença entre rendas de trabalho qualificado e não qualificado, se destaca. De Mello e Brezzi (2016, p. 15) desenvolvem essa hipótese, ao dizer que, no final do século XX, houve um aumento significativo no nível de instrução das populações que levou a um acréscimo na oferta de



trabalho qualificado, enquanto, paralelamente, houve maior demanda por trabalho não qualificado, que, combinada com o aumento da mão-de-obra qualificada, desencadeou em uma diminuição significativa no skill premia regional. Isso é especialmente importante tendo em vista a grande diferença no nível de rentabilidade entre trabalhos qualificados e não qualificados na região. Ferreira de Souza (apud DE MELLO E BREZZI, 2016, p. 15), por exemplo, demonstra que quase metade dessa diferença é explicada por anos de escolaridade no Brasil no ano de 2009.

Ademais, a estabilização macroeconômica, após décadas de crises e inflação galopante, criou um ambiente que possibilitou o aumento no gasto com políticas públicas de combate a pobreza. A partir da instauração do Consenso de Washington, em 1989, foram adotadas diversas medidas de austeridade econômica, que ocasionaram tal estabilização, como reestruturação da dívida externa, reformas favoráveis ao mercado financeiro e uma implementação de reformas institucionais que restauraram disciplina fiscal. Essas reformas levaram a uma diminuição da inflação e da volatilidade macroeconômica e superavitária nas balanças comerciais na região (DE MELLO E BREZZI, 2016, p. 12). Com essas reformas na década de 1990, o investimento estrangeiro aumentou, e, paralelamente, houve um aumento no preço dos commodities, — principal categoria de exportação da região — o que gerou ganhos consideráveis nos termos de troca e fez o cenário econômico exterior ser extremamente favorável. A combinação de condições externas favoráveis com políticas macroeconômicas prudentes permitiu quase uma década de crescimento econômico robusto com relativa baixa inflação e desemprego (GASPARINI et al., 2016, p. 14).

Assim, na virada do século foi dada especial atenção ao desenvolvimento interno e ao combate à pobreza, tendência também aprofundada pela eleição de diversos governantes de esquerda na região. Devido à multiplicidade de contextos nos países da América Latina, essas políticas contemplam uma gama extremamente diversa de estratégias. Percebem-se desde estratégias mais voltadas ao combate da pobreza, como Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTC), aumentos reais no salário mínimo e políticas de combate à fome, até aquelas que buscam reformas estruturais da sociedade, como campanhas de expansão do acesso à educação e saúde, e ações afirmativas para diminuição do analfabetismo e acesso à universidade. Um dos tipos de política para o combate à desigualdade mais recorrente na região são os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTC). De acordo com o Banco Mundial, “Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTCs) são programas que transferem dinheiro, na condição que esses domicílios façam investimentos pré-especificados no capital humano de seus filhos.” (FIZSBEIN et al., 2009, p. 1). Este tipo de política foi considerado bastante inovador e indicado como um dos principais motivadores da redução da desigualdade regional em



boa parte da literatura.

A implementação desses programas tem um grande impacto, acima de tudo, no alto nível de pobreza e vulnerabilidade social das populações desses países. De Mello e Brezzi estimam que 50 milhões de pessoas na região deixaram a pobreza extrema. Entretanto, mesmo com uma grande diminuição nos níveis pobreza, a população beneficiada por essas políticas se mantém muito vulnerável, não tendo de fato superado a paupérie, e permanece em risco de retornar à condição de miséria (DE MELLO E BREZZI, 2016, p. 6-7).

Gasparini (et al., 2016) demonstram que essa diminuição na desigualdade pode ser interpretada como resposta natural aos grandes choques econômicos decorridos na década de 1990, que elevaram em alta escala a desigualdade, sendo a queda dos anos 2000 apenas uma estabilização desse movimento. Apesar do grande avanço no sentido de combate à pobreza, a arrecadação de recursos permanece largamente baseada na receita advinda da exportação de commodities e de um sistema fiscal majoritariamente regressivo, com a carga maior estando nos impostos sobre produtos e serviços (DE MELLO E BREZZI, 2016, p. 15).

Os programas sociais que proliferaram foram em grande parte financiados pelos dividendos originários da exportação de combustíveis fósseis, principalmente nos países andinos e no México. Além disso, todas as reformas fiscais ocorridas na região nas últimas décadas foram no sentido de aumentar a receita somente, sem progredir no potencial redistributivo. Além do sistema fiscal regressivo, a queda da desigualdade se deu basicamente no âmbito das rendas de trabalho e PTCs, com rendas de capital se mantendo bastante díspares (LUSTIG et al., 2012, p. 12). Com isso em mente, é possível perceber que, apesar do grande avanço nas políticas sociais e no combate à pobreza, o privilégio das classes dominantes se mantém. Faz-se, então, ainda mais importante o olhar para a desigualdade não apenas analisando a redução da pobreza, mas a concentração de renda no topo também.

Assim, prestamos especial atenção ao ponto levantado por Piketty (2003), da necessidade de se corrigir as medidas desproporcionais a partir do topo da concentração de renda. Especialmente os 0,1%, o 1% e o 5% mais ricos, apesar de representar uma pequena parcela da população, são os principais responsáveis por tal desequilíbrio, através de uma concentração extrema de riqueza. A literatura sobre desigualdade aponta, em geral, a dificuldade de coleta dos dados dessa parte da população em pesquisas por domicílios, atualmente a principal fonte de informações para cálculos de desigualdade. Assim, através da análise dos dados de imposto de renda historicamente e de maneira comparada entre países, esses autores chegam à conclusão de que a concentração de riquezas é ainda mais alta do que as medidas usuais apresentam. Ao serem investigados os índices da América Latina, são encontrados resultados similares. O acúmulo de capital já alto da região se



mostra ainda maior. Ainda mais, o estudo desses dados mostra uma diferença nas tendências de queda da desigualdade para muitos desses países, apresentando tendências distintas, diminuindo consideravelmente as tendências de depreciação ou demonstrando que não há uma tendência clara, e, dessa maneira, desconstruindo a narrativa de uma propensão regional à atenuação da desigualdade.

O papel da política fiscal na diminuição das assimetrias tem recebido cada vez mais atenção na literatura, originalmente com medidas de transferência de renda, que obtiveram muito sucesso na contração das desigualdades, e mais recentemente no papel do tributarismo. Apesar da evidência do papel da política fiscal na desigualdade apontar muito mais para sua importância na contenção do que na diminuição da desigualdade, seu mérito no âmbito da desigualdade não pode ser relevado. Nos últimos tempos, muito se caminhou nas políticas para o combate da desigualdade na parte de baixo da distribuição, nas ações de combate à pobreza, mas houve pouco desenvolvimento nas prerrogativas para a parte superior da distribuição, da concentração de renda.

Em seu mais recente relatório da série "Tackling Inequality" (2017), o FMI defende a implementação conjunta de políticas tributárias progressivas e gastos sociais, inclusive de uma renda básica universal. Nesse relatório é analisada a atribuição e eficácia de impostos progressivos e transferências monetárias como componentes chave para uma redistribuição fiscal eficiente. O relatório, ainda, argumenta que a combinação de políticas de redistribuição direta e de uma política fiscal redistributiva é ideal para o combate à desigualdade. No entanto, mesmo com ganhos no empreendimento de medidas quanto à pobreza, pouco se avançou na política tributária. Em especial na América Latina, os sistemas tributários se baseiam em larga escala em impostos indiretos, principalmente os de valor agregado (IVA), que são cobrados em cima do consumo (FMI, 2017, p. 2). Em geral, o papel primário dos impostos indiretos é aumentar a receita, não a igualdade, e podem ser regressivos. (INCHAUSTE e LUSTIG, 2017, p. 4).

3. CASOS

Tendo em vista o cenário apresentado, através da comparação de poucos casos representativos das configurações da região, pretende-se compreender como a queda da desigualdade na história recente latino-americana foi afetada pela política fiscal adotada por esses países. Assim, utilizando a estratégia MSSD, escolheu-se os casos de Brasil, Uruguai e México, tendo em vista a implementação de PTCs, existência e progressividade de reforma fiscal e diminuição da desigualdade econômica. Consideramos esses casos levando em conta a importância econômica e política, o reconhecimento de seus programas de combate à pobreza, especialmente PTCs, a história fiscal recente das nações,



a diminuição da concentração de renda, pela perspectiva do topo da distribuição. O Uruguai se enquadra como o caso diferente pelo histórico recente de reforma fiscal no último e a diferença na curva de desigualdade. Os programas *Oportunidades*, do México, e *Bolsa Família*, do Brasil, são os PCTs mais abrangentes e elogiados da América Latina, tendo sido usados como exemplo por vários governos da América Latina (SANT'ANA, 2011, p. 1). Enquanto isso, a reforma tributária realizada no Uruguai é única na região.

Consideramos o caso do México extremamente interessante ao propósito desta pesquisa, mesmo que não se enquadre completamente no modelo de MSSD, pois este apresenta resultados muito semelhantes à de outros países da região, com ferramentas muito parecidas. Há inclusive inúmeros estudos comparativos entre os casos brasileiro e mexicano em diversas áreas da política, especialmente na questão de PTCs e seus resultados. Destacamos as comparações feitas por Lustig (et al., 2012) que faz um estudo comparativo sobre as causas da diminuição da desigualdade na década de 2000 entre Brasil, Argentina e México e Sant'anna (2012), que compara programas de transferência de renda e sistemas de proteção social no Brasil e México. Entretanto, enquanto a maior parte dos países da região têm governos autodenominados de esquerda que se orgulham de suas políticas sociais e estas são seu carro-chefe, o governo mexicano se afasta disso.

Mesmo assim, os resultados em termos de diminuição da pobreza são muito similares.

3.1. BRASIL

Desde a Constituição Federal de 1988, que tornou serviços sociais responsabilidade inteiramente governamental, os gastos públicos sociais aumentaram em grande escala. Assim, desde meados de 1990, programas de combate à pobreza foram instituídos no país. Contudo, foi com a eleição de Lula, em 2002, que esses programas foram unificados e sistematizados em uma estratégia singular. O governo Lula implementou diversas políticas para o atuar na erradicação da pobreza, como o Programa Fome Zero, a Política de Valorização do Salário Mínimo, programas de aumento ao acesso ao ensino superior e, em especial, a unificação e expansão dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás na implementação do Programa Bolsa Família (FILGUEIRA, 20, p.178; SANT'ANA, 2011, p. 3). O Programa Bolsa Família é o PTC do governo brasileiro que foi implantado em outubro de 2003 com a perspectiva de suprimir a miséria e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social (PASE e MELO, 2016, p. 319). Com isso, o coeficiente de Gini da distribuição domiciliar per capita passou a apresentar diminuição constante desde 1998, especialmente a partir de 2002. Entre 2002 e



2009, o coeficiente de Gini brasileiro caiu 5,4 pontos percentuais, e entre 2002 e 2009 a renda dos 10% mais pobres cresceu quase 7% ao ano. Assim, a desigualdade por domicílio e diferença de salários entre trabalhadores de diferentes níveis de qualificação decresceram (LUSTIG et al., 2012, p. 6).

No entanto, esses dados se baseiam em levantamentos domiciliares, que tendem a subestimar os rendimentos mais elevados. Assim, Medeiros, Souza e Castro (2015) construíram uma série de indicadores de desigualdade pautados nas declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), na qual foram tratados os 0,1%, 1% e 5% mais ricos. Esses dados foram também comparados com os das principais pesquisas domiciliares brasileiras: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e o Censo Demográfico, todas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais achados do estudo são que a desigualdade no Brasil é, de fato, superior à medida por pesquisas domiciliares e, apesar de ter sofrido um leve aumento, em termos gerais permanece estável no período 2006 a 2012, diferentemente do que os cálculos do coeficiente de Gini sugerem (MEDEIROS et al., 2015, p. 7 et seq.).

A concentração de capital no Brasil é extremamente alta, mesmo com a diminuição da pobreza observada no período. Medeiros (2015) demonstra que os mais ricos se apropriam de uma parcela substantiva da renda total, com, em média, o 0,1% mais rico recebendo quase 11% da renda total. O 1% mais rico apropriou-se de 25%, e os 5% mais ricos receberam 44%, quase a metade da renda total. Eles demonstram ainda que, apesar de haver um pequeno aumento da concentração entre o 1% mais rico no período entre 2006 e 2008, o quadro geral é de estabilidade. Os autores ainda concluem que ao acúmulo de renda no topo é extremamente alto e não dá sinais claros de mudança, e que a tendência de queda na desigualdade geral que se observa no Brasil não encontra correspondência no alto da distribuição, nem mesmo nos levantamentos domiciliares (MEDEIROS et al., 2015, p. 25).

Ao analisarmos, então, as políticas de distribuição de renda voltadas ao topo — a tributária —, percebe-se que, principalmente no decênio 2005-2014, nada foi feito no sentido de diminuir a concentração das riquezas. Pelo contrário, essa foi uma década marcada especialmente pela desoneração fiscal, após quase duas décadas de aumento na carga tributária (ORAIR, 2015, p. 7). Entre 1988 e 2003 houveram sucessivas regulamentações das contribuições sociais com o objetivo primordial de custear as despesas de seguridade social, que elevaram a carga tributária do Brasil de 23% para 33% do PIB. No entanto, a partir de 2005 houve uma mudança na orientação da política fiscal, que deixou de ser caracterizada pelo predomínio das onerações tributárias (ORAIR, 2015, p. 13). As medidas tributárias tomadas pelo governo brasileiro no período se concentraram em promover o desenvolvimento econômico do país, inclusive com políticas estruturadas que garantiram isso, como o Programa de Aceleração do



Crescimento (PAC) em 2007 e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008, que contavam com incentivos tributários aos investimentos e setoriais. Além de fomento ao desenvolvimento econômico, medidas anticíclicas de enfrentamento da crise econômica internacional de 2008 aumentaram as desonerações fiscais, em especial frações reduzidas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de bens duráveis e materiais da construção civil e do IOF sobre crédito das pessoas físicas. Destacam-se ainda as reduções para alíquota zero na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis e nos tributos federais sobre produtos da cesta básica como instrumento auxiliar da política anti-inflacionária e, no caso da cesta básica, com o objetivo adicional de reduzir o grau de regressão da tributação (ORAIR, 2015, p. 13).

Mesmo com as sistemáticas desonerações dos tributos, o recolhimento se manteve estável no período. Orair (2015) aponta a formalização maior do mercado de trabalho e o acréscimo real do salário mínimo como fatores que aumentaram a receita de arrecadação fiscal no período, pois entre os tributos que contribuíram para o crescimento destacam-se principalmente os agrupamentos com a característica comum de incidirem principalmente sobre os rendimentos trabalhistas. Além disso, a gradual ampliação da base de cálculo do IRPF, medida em geral progressiva, apenas repôs a inflação nos últimos anos, diante do quadro de crescimento da massa salarial acima do PIB, e é uma medida que não teve tanto impacto progressivo devido a uma peculiaridade da legislação brasileira que isenta as principais fontes de renda de empresários e capitalistas ou profissionais liberais e autônomos, em geral as categorias predominantes no topo da concentração de renda (ORAIR, 2015, p. 19).

3.2. MÉXICO

O México é um país que se destaca na história recente da região. Enquanto o século XX presenciou tendências políticas claras na América Latina, a história mexicana se desenvolveu de maneira distinta. Isso ainda se manifesta atualmente na política mexicana, que elegeu presidentes de direita em 2000 e 2006, enquanto a maior parte dos países da região passava pela onda rosa, e elegeu em 2018 um presidente de esquerda quando a região em geral passa por respostas aos governos de esquerda do início do século, de guinadas à direita a um aumento no autoritarismo. Mesmo assim, a comparação se faz pertinente. Assim como o Brasil, o país se sobressai regionalmente em razão de sua importância política e econômica, mas mais do que isso, pela alta taxa de desigualdade e pelo protagonismo no combate desta nas últimas décadas.

As instituições políticas e econômicas mexicanas sofreram por profundas transformações desde a década de 1990, fazendo com que o cenário político do



país esteja mais plural e suas instituições mais democráticas (ROMERO, 2014, p. 161). Ademais, a desigualdade no México caiu após um período crescente nos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990. Entre 1996 e 2010, o Coeficiente de Gini para a distribuição de renda domiciliar per capita teve redução de 0,547 para 0,475 (LUSTIG et al., 2012, p. 8). Lustig (et al., 2012) atribuem cerca de 60 por cento da redução da pobreza à queda da desigualdade, com a renda dos 10% mais pobres apresentando crescimento mais do que duas vezes mais rápido que a renda dos 10% mais ricos. A diminuição da disparidade socioeconômica coincidiu com a implementação do NAFTA e com uma mudança nos padrões de gasto governamentais. Desde o início dos anos 1990 os investimentos com educação, saúde e nutrição se tornaram mais progressivos, e, em 1997, o governo mexicano lançou o *PTC Progres*, que se tornou o *Oportunidades* em 2002 (LUSTIG et al., 2012, p. 9). Soares et al. (2007, apud SANT'ANA, 2011, p. 2) mostram que o programa foi responsável por 20,5% da diminuição da desigualdade.

Entretanto, ao se observar a parcela mais rica da população, o cenário parece um pouco diferente. Ao estimar a concentração de renda no México analisando os 10% mais ricos, Campos-Vazquez (et al., 2016) encontram que esses não apenas concentram mais riquezas do que o demonstrado pelas pesquisas domiciliares, como essa concentração apresenta uma tendência de aumento desde 1992, diferentemente do demonstrado pela *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares*. Para eles, a concentração de capital no México é alta inclusive entre os mais ricos, com porcentagens cada vez mais elevadas quanto maior o percentil. O 1% mais rico concentra 25% da renda nacional e o 0,01% concentra 5%, fazendo com que os mais ricos do México, um país relativamente pobre, sejam tão ricos como as elites econômicas de países desenvolvidos.

Tendo em vista a alta concentração de renda no país, observamos as políticas fiscais destinadas a esta parcela restrita da população, em especial a tributária. A coleta de impostos no país é especialmente baixa, mesmo para uma região que em geral tem uma arrecadação reduzida de impostos. Em 2013, a receita tributária no México foi de 10,2% do PIB, enquanto a do Brasil foi de 39%; do Uruguai, 13,7%; da Argentina, 27%; e da Colômbia, 17%. O sistema fiscal mexicano, assim como no caso brasileiro, é uma combinação de impostos progressivos e regressivos, focados em necessidades de curto prazo. Entretanto, a baixa coleta fiscal é compensada por receitas de petróleo (ROMERO, 2014, p. 162)

No século XXI, são observados três grandes esforços sistemáticos de reforma tributária, em 2007, 2009 e 2013. Em 2007, a reforma, chamada de "Reforma Hacendaria por los que Menos Tienen" – contava com componentes regressivos e progressivos, os últimos principalmente na área de gastos sociais. O projeto de lei original incluía um aumento no imposto (IVA) sobre mantimentos e medicamentos; a criação do Imposto Empresarial a Taxa Fixa (Impuesto Empresarial a Tasa Única - IETU), coletado sobre a venda de bens, serviços independentes e aluguel de propriedades; e o Imposto sobre Depósitos em



Dinheiro (Impuesto a los Depósitos en Efectivo - IDE), com uma taxa de 2% sobre depósitos acima de 15 mil pesos. Houve uma grande oposição ao aumento do IVA, medida mais retroativa do pacote, tanto por parte da oposição política quanto da mídia, e a proposta nem chegou a ser votada no Congresso. As propostas mais progressivas do IETU e do IDE foram aprovadas e entraram em vigor a partir de 2008 (ROMERO, 2014, p. 171). Em 2009, o Governo Federal propôs uma nova reforma fiscal, em vista da crise econômica de 2008 e de uma crise de segurança doméstica. A reforma aprovada - depois de grande oposição à proposição de uma taxa fixa de 2% sobre todo o consumo de bens e serviços adicional ao IVA - incluiu o aumento de 1% na taxa geral do IVA e de 2% na alíquota mais alta do imposto de renda. A última reforma, ocorrida em 2013, foi apresentada como progressiva, apesar de conter elementos mistos, da mesma maneira que as anteriores. O projeto de lei incluía algumas medidas verticalmente progressivas, como aumento do imposto de renda de pessoa física, e outras medidas horizontalmente regressivas, como a eliminação do IETU e do IDE, instituídos na reforma de 2007 (ROMERO, 2014, p. 172 et seq.).

As mudanças fiscais recentes no país foram mistas quanto à progressividade, principalmente no que tange às reformas tributárias. Essas tiveram o objetivo geral de aumento das receitas, mais do que um projeto de igualdade ou distribuição de renda, e apresentaram um caráter mais progressivo, principalmente pela dificuldade dos governos em aprovar aumentos e retirada de isenções no IVA, possivelmente à luz da maior democratização das instituições políticas. Já quanto aos gastos sociais, houve um aumento considerável na progressividade do sistema, principalmente a partir dos PCTs. Entretanto, é necessário ressaltar que os gastos sociais se concentraram principalmente nas transferências de renda, com o investimento em educação e saúde não acompanhando o aumento do investimento em segurança social (SANT'ANA, 2011, p. 5).

3.3. URUGUAI

O Uruguai passou por uma crise econômica profunda em 2002, como resultado de uma crise no sistema bancário do país. Como consequência direta desta crise, o salário real teve uma forte queda, chegando ao seu piso entre os anos 2003 e 2004, com uma perda de 22%, enquanto a taxa de desemprego subiu para 17% no ano de 2002. Apesar de já a partir de 2003 a economia voltar a crescer e se manter continuamente crescente por 11 anos, houve um grande impacto negativo na distribuição de renda. Assim, nas eleições de 2004, o país elegeu Tabaré Vázquez pela *Frente Amplia*, coligação de esquerda. Esse governo implementou diversas medidas de segurança social e combate à desigualdade, também em resposta às consequências desta crise. Destaca-se em especial o



Plan de Asistencia Nacional a la Emergencia Social (PANES), que buscava, além de combater a desigualdade, lidar com o problema de desemprego deixado pela crise de 2002, e incluía, entre de outros programas, o programa Ingreso Ciudadano, de transferência de renda. O PANES foi substituído em 2008 pelo *Plan de Equidad*, criado com suporte do Banco Mundial, e que, além de estruturas e instituições de proteção social e entrega de serviços, contém componentes nas áreas de reforma fiscal, saúde, educação e políticas de emprego. Nesta última se destaca o programa *Uruguay Trabaja*, um programa público de emprego, com uma componente de treinamento, e o *Programa de Incentivo a la Contratación en el sector Privado*. Ainda, no período de 2005 a 2015, diversas medidas adotadas provocaram melhoras no mercado de trabalho, como a restauração da negociação coletiva, aumento do salário mínimo e regulações específicas para o trabalho doméstico. Com isso, entre 2001 e 2013, o índice de Gini das rendas de trabalho por hora teve uma queda de 14%, ao passo em que o índice de Gini geral teve uma queda de aproximadamente 7% (AMARANTE e INFANTE, 2016, p. 15 et seq.; REYGADAS E FILGUEIRA, 2010, p. 8; REUBEN et al., 2008, p. 1).

Na frente fiscal e de combate à concentração de capital, este governo implantou uma reforma tributária altamente progressiva em 2006. Ao contrário dos outros países analisados, o Uruguai não tinha imposto sobre a renda desde 1973, quando foi abolido pela ditadura militar (Burdin et al., 2014, p. 4). A principal característica da reforma tributária foi a implementação de um imposto de renda global, em vez da variedade de taxas cobradas de algumas fontes de renda e isentas para outras, além da redução de taxas de IVA. De maneira ampla, a reforma reduziu a participação de impostos indiretos e aumentou a participação de impostos diretos, retificando significativamente disparidades do sistema (RIUS, 2015, p. 70). Essa reforma fiscal é de extrema importância para o cenário de redução da desigualdade vivido pelo país nos últimos anos. Em 2007, antes da reforma entrar em vigor, o índice de Gini aumentava um ponto depois dos impostos. Em 2014, este diminui um ponto porcentual em relação à renda líquida (AMARANTE e INFANTE, 2016, p. 5).

A partir da reimplementação do IRPF no Uruguai, gerou-se uma nova base de dados, das declarações de imposto de renda, que pode também ser explorada para mensuração da desproporcionalidade. Entretanto, a possibilidade de análise histórica desses dados é bastante reduzida. Burdin et al. (2014) exploram essa possibilidade à luz do método de ajuste do coeficiente de Gini, para o período de 2009 a 2011. Apesar de ser um período curto, é especialmente importante por se tratar de um momento de queda da desigualdade, que começou a cair em 2008 depois de duas décadas de aumento (Burdin et al., 2014, p. 1). Da mesma maneira que os estudos já tratados, Burdin et al. (2014) encontram uma diferença de 24% na renda total do decil mais rico entre os dados do IRPF e da pesquisa por domicílio (*Encuesta Continua de Hogares, ECH*), sendo também mais acentuada quanto mais alto o corte, com o 0,1% mais rico



concentrando 49% da renda de capital nos dados do IRPF contra 13% na ECH (p. 13). Além da diferença na concentração de recursos, os índices de disparidade também diferem com os ajustes propostos. O contraste do caso uruguaio se dá pelo fato de a tendência desses índices não mudar de sentido, apenas diminuir de intensidade com os ajustes dos dados do IRPF. Os autores ressaltam que “embora haja uma discrepância considerável nos níveis, os índices de desigualdade diminuem em ambas bases de dados, ainda que em um ritmo mais rápido na ECH” (Burdin et al., 2014, p. 15). Apesar da queda nos índices gerais de desigualdade, a concentração no topo apresenta uma tendência à estabilidade, com o 1% mais rico mantendo aproximadamente 14% da riqueza no período. Burdín et al. também fazem uma análise exploratória do impacto da reforma fiscal na distribuição de renda e encontram uma queda de aproximadamente 2 p.p. no índice de Gini. Assim, eles consideram que taxas fiscais efetivas têm um padrão progressivo sobre as rendas totais e de trabalho, mas as rendas de capital continuam num padrão regressivo (Burdin et al., 2014, p. 20).

Vale destacar que a sociedade uruguaia apresenta um grau de desigualdade que, ainda que bastante alto, é bastante menor que os outros casos analisados, sendo relativamente baixo ao comparado com o restante da América Latina. Em especial, a sociedade uruguaia possui um menor grau de desequilíbrio social, com uma menor articulação entre as elites, chegando a uma separação das elites econômicas e políticas. Assim, a oposição a essa reforma fiscal foi desarticulada e possibilitou um momento único na história do Uruguai – e também na história latino-americana –, em que não só foram feitas medidas de combate à pobreza, mas também uma reforma no sistema fiscal com o objetivo de aumentar a igualdade, não apenas elevar a receita, buscando assim combater a desigualdade em todas suas facetas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de tendência clara de queda na desigualdade nas medidas oficiais, em especial no Índice de Gini calculado a partir das pesquisas por amostra de domicílios, a análise da concentração de renda pelo topo da distribuição mostra um cenário diferente. Em todos os casos analisados essa concentração é muito mais alta do que a encontrada pelas pesquisas por amostras de domicílios. Apesar da consistência na dificuldade de analisar o topo da distribuição, ao serem considerados esses dados, a inclinação observada na desigualdade difere nos casos apresentados. O Brasil apresenta uma propensão à estabilidade e uma leve disposição ao aumento da concentração no 1% mais rico; o México não apresenta tendência clara, com mudanças bruscas que não acompanham nenhuma das variáveis analisadas nesse estudo; e o Uruguai apresenta ainda



uma predisposição de queda na concentração de renda, apesar de muito mais suave. Ao analisarmos as medidas implementadas para o combate à desigualdade por esses países, é possível observar que os gastos sociais e as políticas voltadas à erradicação da pobreza empreendidas por esses governos são de natureza e amplitude parecidas, sobretudo no tocante a PTCs e o aumento do investimento público em políticas fiscais sociais. Por outro lado, a política tributária desses governos difere em larga escala. O Brasil apresenta uma política tributária majoritariamente regressiva, aumentando o grau de regressividade; o México teve reformas mistas, com políticas progressivas e regressivas associadas; enquanto o Uruguai apresenta reformas majoritariamente progressivas no sistema tributário.

Com o aumento do recolhimento na base, e sem a necessidade de aumentar a oneração tributária na mesma, o governo brasileiro teve espaço de manobra para diminuir a carga da elite sem perder arrecadação. Dessa maneira, não houve ônus a ser combatido pela população, e as reformas de caráter mais regressivo implementadas não tiveram uma base de oposição significativa, ainda mais com o discurso desenvolvimentista usado na implementação. Por outro lado, o governo mexicano enfrentou forte oposição às reformas de caráter mais regressivo apresentadas, em especial o aumento no IVA na cesta básica e em medicamentos. Assim, por mais que as propostas não tivessem um caráter progressivo intencional, as políticas com esse impacto tiveram mais sucesso. Enquanto Brasil orientou sua política tributária para o desenvolvimentismo e crescimento econômico e o México se preocupou sobretudo com o aumento da arrecadação, o governo uruguaio implementou uma reforma intencionalmente progressiva.

É necessário notar que o Brasil, no entanto, já possuía um sistema tributário mais complexo que os outros países. Enquanto o México só implementou um imposto sobre transações financeiras em 2007, o Brasil contava com um imposto similar, a CPMF, desde 1997, sendo substituída pelo IOF em 2007. De maneira similar, o sistema tributário uruguaio apresentava uma característica mais fortemente regressiva que os outros casos antes da reforma, especialmente pela falta de um imposto sobre a renda. Entretanto, após as reformas executadas, o sistema brasileiro se tornou mais regressivo, enquanto os sistemas mexicano e uruguaio caminharam no sentido de progressividade.

Considerando as políticas fiscais adotadas por esses governos, tanto no sentido de gastos sociais quanto de tributação, observa-se que o Uruguai, único país a tomar medidas fiscais intencionais sobre o topo da distribuição de renda, é o único que mantém a tendência geral de diminuição da desigualdade, mesmo que menor. Por outro lado, o Brasil, que apresenta uma grande diminuição da pobreza no mesmo período, apresenta estabilidade na concentração de renda em geral e reformas tributárias majoritariamente regressivas. O caso mexicano traz evidências mistas, pelas quais podemos concluir que a existências de políticas fiscais de gastos sociais não é determinante para a diminuição da



concentração de renda. Dessa maneira, a política tributária aparenta ter uma ligação com o comportamento da concentração de renda, sobretudo no topo da distribuição. Ao se levar em consideração o grau da desigualdade na América Latina e o peso do topo da distribuição nesse cenário, as políticas de combate à desigualdade orientadas para o topo merecem uma atenção muito maior. A relação entre a política fiscal, em especial a tributária, e a desigualdade ainda é um assunto incipiente e vem ganhando uma notabilidade crescente. Com isso em mente, acredita-se que o caso-latino americano seja de especial relevância para essa discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, V; INFANTE, R. **Hacia un desarrollo inclusivo: El caso del Uruguay**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago, 2016.

BURDÍN, G.; ESPONDA, F.; VIGORITO, A. **Inequality and Top Incomes in Uruguay: a comparison between household surveys and income tax micro-data**. The World Top Incomes Database Working Paper, No. 2014/1.

CAMPOS-VAZQUEZ, M.R.; CHAVEZ, E.; ESQUIVEL, G. **Estimating top income shares without tax return data: Mexico since the 1990s**. Serie documentos de trabajo del Centro de Estudios Económicos 2016-04. El Colegio de México. Centro de Estudios Económicos.

FISZBEIN, A; SCHADY, N.R; FERREIRA, F.H.G. **Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty**. A World Bank Policy Research Report. Washington D.C: World Bank, 2009.

GASPARINI, L; CRUCES, G; TORNAROLLI, L. **Chronicle of a Deceleration Foretold: Income inequality in Latin America in the 2010s**. Documento de Trabalho N. 198. ISSN 1853-0168. Maio, 2016.

INCHAUSTE, G; LUSTIG, N. **The Distributional Impact of Taxes and Transfers: Evidence from Eight Low- and Middle-Income Countries**. Washington D.C: World Bank, 2017.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Fiscal Monitor: Tackling Inequality**. Washington, Outubro 2017.



LEITE, CKS, OLIVEIRA, OP, MAFRA, J. **Difusão de políticas de transferência de renda condicionada: perspectivas analíticas do programa Bolsa Família a partir do Banco Mundial**, Anais do 40o Encontro Anual da Anpocs, de 24 a 28 de outubro de 2016, em Caxambu - MG. ISSN 2177- 3092.

LUSTIG, N; LOPEZ-CALVA, LS.; ORTIZ-JUAREZ, E. **Declining Inequality in Latin America in the 2000s: The Cases of Argentina, Brazil, and Mexico**. Policy Research Working Paper. The World Bank. Outubro 2012.

MEDEIROS, M; SOUZA, P.H.G.F.; CASTRO, F.A. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006- 2012). **Revista Dados**, v. 58, n. 1. Rio de Janeiro, jan.-mar. 2015.

MELLO, L; BREZZI, M. Inequalities In Latin America: Trends And Implications For Policy, Hacienda Publica Espanola/Review of Public Economics. **The Berkeley Electronic Press**. 2010.

ORAIR, R O. Desonerações em Alta com Rigidez da Carga Tributária: O que Explica o Paradoxo do Decênio 2005-2014?, **IPEA**, Brasília. 2015.

PASE, H. L.; MELO, C. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina, **Revista de Administração Pública** 51, no 2 (março de 2017): 312-29.

PIKETTY, T. Income Inequality in France, 1901-1998. **Journal of Political Economy**, Vol. 111 No. 5 (October 2003), pp. 1004-1042

REUBEN, W; MIODOSKY, M; WATANABE, E. Building on Experience: Improving Social Protection in Uruguay and the Plan for Social Equity. **World Bank**. 2008.

REYGADAS, L; FILGUEIRA, F. Inequality and the Incorporation Crisis: The Left's Social Policy Toolkit. In: CAMERON, M.A.; HERSHBERG, E (Org.). **Latin America's Left Turns: Politics, Policies & Trajectories of Change**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2010. p. 171-191.

RIUS, A. The Uruguayan Tax Reform of 2006: Why Didn't it Fail?. In: MAHON JR, J; BERGMAN, M; ARNISON, CJ. Progressive Tax Reform And Equality In Latin America. **Woodrow Wilson International Center for Scholars**, 2014. P. 64 - 100.

ROMERO, V. The Political Economy of Progressive Tax Reforms in Mexico. In: MAHON JR, J; BERGMAN, M; ARNISON, CJ. Progressive Tax Reform And Equality In Latin America. **Woodrow Wilson International Center for Scholars**, 2014. P. 161 - 188.



RUIZ, N.; WOLOSZKO, N. What do household surveys suggest about the top 1% incomes and inequality in OECD countries?. **OECD Economics Department Working Paper**, No. 1265, OECD, Paris. 2016.

SANT'ANNA, J. Oportunidades and Bolsa Familia: Breaking the Intergenerational Cycle of Poverty?. In: **Congresso IPSA - International Political Science Association**, 2011, São Paulo.



A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE AMÉRICA DO SUL

Anderson de Oliveira Amendola da Silva¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar como foi construído o conceito de América do Sul. Nessa perspectiva, busca analisar, pela ótica da política externa brasileira, a questão identitária regional de alguns estudiosos no campo das relações internacionais, principalmente Amado Cervo e Celso Amorim, na inserção internacional dos países sul-americanos. A partir disso, apresenta a característica política da criação e reafirmação do conceito nas relações internacionais e a importância do desenvolvimento e aplicação prática na política internacional.

PALAVRAS-CHAVE: América do Sul. Política Externa Brasileira. Integração Regional.

ABSTRACT

This article aims to identify how the concept of South America was constructed. From this perspective, it seeks to analyze from the standpoint of Brazilian foreign policy and the regional identity issue of some scholars in the field of international relations, especially Amado Cervo and Celso Amorim, in the International Insertion of the South American countries. From this, it presents the political characteristic of the creation and reaffirmation of the concept in international relations and the importance of development and practical application in international politics.

KEYWORDS: South America. Brazilian Foreign Policy. Regional Integration.

¹Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense



INTRODUÇÃO

A realidade da América do Sul, e a formulação desse conceito, assim como todas as construções sociais, partiu da política externa de alguns países da região para promover um projeto de integração mais audaz e fomentar uma maior autonomia na sua inserção internacional, uma região marcada por assimetrias, descompassos, dependência e subdesenvolvimento. A explicação da realidade sul-americana deve partir de uma visão própria, do seu pensamento original, que, apesar das dificuldades, seria o único capaz de entender a profundidade da sua identidade regional dentro da comunidade de nações.

Nesse contexto, no qual o México se une aos norte-americanos através do NAFTA, e se cria o MERCOSUL, levando a uma cisão político-econômica na América do Sul, a integração regional, especialmente para Brasil e Argentina, deve ocorrer na América do Sul, resgatando a ideia de política externa mais participativa e multilateral com o Brasil atuando como *paymaster* dessa integração.

O CONCEITO DE AMÉRICA DO SUL

A questão primordial é o porquê da conceituação da região sul-americana. Isso ocorre devido a alguns fatores. Primeiro, em razão da cisão e separação, na visão política, dos países da América Latina com a falta de autonomia dos países caribenhos e a integração do México com os Estados Unidos, levando os países da América do Sul a seguirem um caminho independente de integração, principalmente após o enterro da ALCA, em 2003. Segundo, por uma questão identitária de uma história comum partindo do Cone Sul. Terceiro, por uma razão política, haja vista o recente processo de integração da região por intermédio da UNASUL.

A constituição de diversos países sul-americanos como Brasil² e Uruguai³ define a integração regional como forma de atuação dos Estados nas relações internacionais. Não obstante, é esse dispositivo jurídico, que identifica as relações com a América Latina como prioridade de Estado durante o período de redemocratização da região, e, justamente, no decorrer desse processo de integração, a identidade regional muda de América Latina para a América do Sul.

A criação do Mercosul em 1991, com fundamento basilar nas duas potências regionais do Cone Sul, unida na aliança entre Brasil-Argentina, junto com o

²Art. 4º, parágrafo único, CRFB/88.

³Antecedentes y reformas de la Constitución de la República Oriental del Uruguay de 1997.



entrelaçamento nas negociações inter-regionais com os países andinos, e a posterior formação da UNASUL, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Comunidade Andina (CAN), unindo politicamente todos os países da região,⁴ somados à separação do México em decorrência da criação do Tratado Norte-americano de Livre-Comércio (Nafta),⁵ causa um questionamento sobre a ideia de uma região única chamada “América Latina”.

Nesse sentido, aponta Maria Regina Soares de Lima e Mônica Hirst (2009, p. 57), ao apresentar a identidade brasileira como sul-americana:

A presença regional e internacional do Brasil tem sido percebida como um processo intimamente associado à emergência da América do Sul como um grupo particular no interior da comunidade internacional. A construção da identidade do Brasil, como país latino-americano, foi, portanto, gradualmente substituída pela **ideia de país sul-americano** (grifos nossos).

Essa mudança da identidade latino-americana para a sul-americana tem como marco cambial o ano 2000, na I Cúpula dos Chefes de Estado e do Governo da América do Sul, sediada em Brasília, mais a derrota do projeto da ALCA,⁶ em 2003, sediada em *Mar del Plata* na Argentina.

A escolha do projeto sul-americano por meio de uma “intensa atividade político-econômica-estratégica” (PECEQUILO, 2015, p. 4) de primeira prioridade, no lugar de um projeto hemisférico com a participação norte-americana, expressou, segundo Simões (2012, p. 14), “a avaliação de que a inserção regional, como etapa fundamental da inserção internacional”, interessando a todos os países da América do Sul.

A América do Sul, após cinco séculos de periferia (GUIMARÃES, 2007), divididos em um verdadeiro arquipélago político, separados e enfraquecidos, apresenta, nesse novo século, na Era dos Gigantes (GUIMARÃES, 2006) um momento de inflexão, no qual deve integrar-se para conseguir superar os desafios da nova era, aproveitando as janelas de oportunidades que poderão surgir.

O objetivo de encontrar seu lugar no mundo (LIMA, 2001) pode ser alcançado com a superação do passado colonial, que deixou como legado “a inserção periférica dos países sul-americanos no sistema capitalista, como meros supridores de matérias-primas para os mercados ‘centrais’” (SIMÕES, 2012, p. 29).

⁴A Guiana Francesa, como parte da França é uma exceção, por ser um Estado majoritariamente europeu, pertencente à União Europeia (UE) não poderia fazer parte da Unasul.

⁵Sigla em inglês.

⁶El Renacimiento de la Patria Grande - A 10 años del NO al ALCA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5UZYZZobgw4>>. Acesso em: 16 jun. 2017.



No intuito de quebrar essa barreira da integração, o Brasil tem buscado a integração regional por uma política externa ativa e ativa (AMORIM, 2011), orientado pelos princípios básicos para a região do pragmatismo e pela solidariedade (SIMÕES, 2012, p. 22), visando o crescimento junto com os vizinhos, de forma sinérgica. Esses princípios basilares são aplicados na forma de quatro vetores, no pensamento de Simões:

primeiro deles é a criação de novas condições para promover um crescimento sinérgico e solidário; **segundo vetor** é a projeção política da América do Sul no contexto do reordenamento geopolítico mundial; **terceiro vetor** é o estabelecimento de um quadro normativo e institucional de cooperação que permita potencializar o alcance de objetivos comuns; **quarto vetor da política externa brasileira** é o respeito à pluralidade. (2012, p. 23-29).

A posição política brasileira é, portanto, essencial para essa mudança de identificação, apesar de todos os governos das décadas anteriores apresentarem concepção de Rubens Barbosa como afirma Raquel Santos, “de modo geral, a política externa do atual governo para a região não trouxe inovações, visto que todos os governos nos últimos vinte anos atribuíram grande prioridade à América do Sul e ao processo de integração regional” “agenda externa para a América do Sul vem acompanhada de um projeto desenvolvimentista, multilateralista, cooperativo e não confrontacionista e de consolidação do papel do Brasil de player internacional e líder regional.” (2014, p.68). Essa liderança retomada no governo Lula, não se apresenta, entretanto, como uma política “única, inédita e original”,⁷ mas, de fato, a retomada de uma política iniciada por Juscelino Kubitschek, ao lançar, em 1958, a Operação Pan-americana, com o fim de reformular os termos do relacionamento com os Estados Unidos, onde estaria subjacente a ideia de América do Sul, “mesmo quando o Brasil se referia à América do Latina”. (BANDEIRA, 2010, p. 110)

Destarte, no fundo, o conceito de “América Latina” expressava uma posição política e cultural que, por diversos motivos, demonstrava uma realidade de organização complexa e extremamente difícil, como argumenta Amorim (2011, p. 20), pelos países do Caribe incorporados à região, a especificidade cubana, as assimetrias estruturais e geográficas, gerando relações internacionais diversas, em especial, com a principal potência continental, não conseguindo construir um núcleo para formação de um espaço de integração econômico-político-social. Nessa linha de pensamento, o conceito de “América do Sul” foi recuperado pela política externa do governo Lula, aprimorada pela expertise do chanceler Celso

⁷ FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Projeto do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST/UFF). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/pro_defesa/edital_2_2009_2012/07_sistema_brasileiro_defesa.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.



Amorim (2011, p. 21) e a visão estratégica do secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães. Antes, esse conceito praticamente não existia, falava-se somente em Cone Sul; ele surgiu no limiar do novo século, para uma nova era, para uma política de integração, para a formação de uma Comunidade Sul-americana de Nações (UNASUL).

O pensamento sul-americano encontra na paz internacional o maior êxito nos dois séculos de relações internacionais após a independência (DEVÉS-VALDÉS, 2013, p. 402). Entretanto, a inserção internacional apenas recentemente apresentou algum avanço com a formação da UNASUL e a participação mais ativa do Brasil como *global player*.

Outro ponto que torna necessária a explicação do pensamento da região sul-americana por várias teorias diferentes ocorre devido às assimetrias existentes entre os Estados participantes das instituições de integração, mesmo havendo uma América do Sul política, que se expressa como uma só voz, na busca da paz, direitos humanos e projeção internacional regional, existem, conforme Cerro (2008, p. 203), duas América do Sul quanto à relação econômica internacional; a primeira, formada por Chile, Colômbia e Equador, procura o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos. A segunda, composta por Argentina, Brasil e Venezuela, tenta a via industrial e desenvolvimentista, voltada para o aprofundamento da integração entre os vizinhos.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, analisamos como foi construído o conceito de América do Sul e a sua importância, tanto na pesquisa e na aplicação prática na política externa dos países da América do Sul, como forma de inserção internacional mais autônoma dos países da região, com objetivo de superar as adversidades desse novo século globalizado da "era dos gigantes". Esse conceito parte de uma posição política do Ministro das Relações Exteriores, e, por conseguinte, de um período histórico com contexto favorável a esse posicionamento, assim, possibilitando às nações sul-americanas a buscarem o caminho que deve ser percorrido para resolver os problemas inerentes do subdesenvolvimento e integração regional e atingir suas metas políticas, econômicas e sociais.



AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011. 600 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior, Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. 2. ed. Brasília: Funag, 2010. 124p.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

----- **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília: Editora UnB, 1994. 359 p.

----- **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. In Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25 [2003].

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **A Constituição de um Pensamento Latino-Americano Sobre Assuntos Internacionais**. In: Revista Direitos Humanos e Democracia. Editora unijuí, ano 1, nº 2, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/27665594/2013_A_Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_um_Pensamento_Latino-Americano_Sobre_Assuntos_Internacionais>. Acesso em: 18 jun. 2017.

El Renacimiento de la Patria Grande - A 10 años del NO al ALCA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5UZYZ-Zobgw4>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 456 p.

----- **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LIMA, Marcos Costa. **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Raquel Paz. **A revitalização do Mercosul no contexto da diplomacia de Lula para a América do Sul**. In: Revista Latinoamericana, Volumen 13, Nº 39, 2014, p. 63-82.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Eu sou da América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 120.

Equipe Editorial



EQUIPE DE ADMINISTRAÇÃO

Amanda Senna Martins
Ana Caroline Conceição Gomes
Gustavo Moraes Gutierrez da Matta
Júlia Ronquim de Campos
Luísa Taveira Campos
Manuella Soares da Silva dos Santos
Maria Clara de Souza Britto

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Ana Clara Ramalho de Oliveira
Ana Luiza de Marins Santos
Carlos Eduardo Brites de Moura Oliveira
Gabriela da Silva de Paulo
João Vitor da Silva Santiago
Júlia Joaquim Valente
Larissa Mondego Furtado
Maria Fernanda de Carvalho Torres
Maria Luiza Ferreira Toledo
Mayury Fernandes Frazão
Ysabella Lima Gomes

EQUIPE DE REDAÇÃO

Caroline Cumani Moisés
Daniela Motta Juliani
Enzo Nascimento Félix de Araújo
Giullia Carine de Souza Costa
Isadora Sartini Rangel
Joaquim Vitor Alves Damasceno
Júlia Meireles Boechat
Lorrainy Motta Carlos Marinho
Maria Fernanda Prado Siqueira